

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 27 | Nº 07 | JULHO 2007 | R\$ 13,00



Especial AS CONDIÇÕES PARA A NOVA SAFRA

PECUÁRIA

Mudanças
geográficas e
tecnológicas

CITROS

Nova geografia
dos pomares

RODADA DOHA

O que pode
vir por aí

Todo
seu

Ivan quer um banco com
recursos disponíveis para
o custeio de sua produção.

bb.com.br/agronegocios-e

Esse Banco é todo seu.

Você que é produtor
rural pode contar
com um banco que oferece
soluções em produtos e
serviços para você produzir
mais. O Banco do Brasil
está do seu lado desde o
plantio até a comercialização.

**BANCO DO PRODUTOR RURAL**

O agronegócio é o seguinte

Plano Agrícola e Pecuário da Safra 2007/08

COM UMA colheita recorde na safra 2006/07 de cereais e oleaginosas, apesar da queda registrada na área plantada, a renda do campo teve sensível melhoria. Sem adversidade climática e os bons preços alcançados pelas *commodities* no mercado internacional, como reflexo da febre do etanol, as preocupações mais alarmantes no setor dizem respeito ao grau de endividamento. É importante que as autoridades governamentais, os parlamentares e as lideranças rurais cheguem a bom termo nessa delicada questão. As negociações devem ser pautadas pela transparência e levar em conta a falta de políticas anticíclicas, como o seguro rural, para reduzir o risco da atividade.

Agroanalysis traz um conjunto de matérias sobre o Plano Agrícola e Pecuário da Safra 2007/08, anunciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O cenário é bom, mas exige muita cautela. Além do grau de endividamento, a valorização cambial do real diante do dólar representa a espada de Dâmoqueles na cabeça dos agricultores. Sem perspectiva de mudança nesse quadro, o governo deve cuidar da preservação da competitividade das cadeias produtivas quanto às exportações, com a desoneração de taxas e tributos.

A pergunta lançada no ar refere-se ao tamanho da recuperação da área plantada, depois de dois anos seguidos de encolhimento. Tudo dependerá do comportamento da soja, o carro-chefe da produção nacional de grãos. Nos Estados Unidos, a cultura perdeu área para o milho e passa agora pelo chamado mercado de clima, quando as especulações giram em torno da produtividade. Se a cotação do *bushell* da soja romper a barreira de 90 centavos de dólar nos próximos meses, a largada para a safra 2007/08 será em alto estilo. Resta acompanhar.

E a Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio, iniciada em 2001, passa provavelmente pelo seu momento mais crítico. Os países desenvolvidos resistem ainda em reduzir as barreiras protecionistas para permitir

o acesso dos produtores agropecuários a seus mercados. O desenlace das reuniões das últimas semanas foi frustrante. Será possível reverter essa situação. Caso contrário, qual será a estratégia do Brasil: partirá para acordos bilaterais ou para negociações multilaterais?

No etanol, a coqueluche do momento, o governo brasileiro anunciou na União Européia que lançará a certificação com selo de cumprimento de exigências sociais e de meio ambiente. A medida é positiva e mostra uma postura proativa com relação às cobranças a serem interpostas nas exportações nacionais. Por sua vez, o Plano Nacional de Energia para 2030, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética e aprovado pelo Conselho Nacional de Pesquisa Energética (CNPE), registra que a produção local atingirá 66.570 bilhões de litros em 2030. Isso significa triplicar o volume atual.

Na pecuária de corte, uma lista incrível de desafios. O Brasil continua a exportar quantidades crescentes de carnes, em cortes especiais, com maior valor agregado e mais rentabilidade. Se o potencial é enorme, as cobranças externas sobre a qualidade do produto nacional ficam cada vez mais constantes e fortes. O MAPA terá de implementar uma série de ações vitais neste segundo semestre para conquistar países altamente demandantes de produtos brasileiros, como a Rússia e da União Européia. Será um passo decisivo para consolidar a posição nacional no mercado global.

Para finalizar, com pesar e tristeza a Agroanalysis presta uma singela homenagem ao Engenheiro Agrônomo e Agricultor Antonio Ernesto de Salvo, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que morreu no último 29 de junho. O Brasil perde uma grande liderança, mas certamente de honrosa memória. Em nossos trabalhos desenvolvidos na CNA, no auge na crise no final de 2005, discutíamos modelos para o fortalecimento do lobby do setor quando, com orgulho, ouvimos o dr. Ernesto dizer: “Estou voltando a ficar otimista”. Vamos continuar na empreitada. Afinal “O tigre da agricultura brasileira tem de ser desamarrado”, não é, dr. Ernesto? ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Prof. Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura
de Oliveira, Ricardo Conceição, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Divulgação Valtra (capa), Getty
Images (págs. 5,11,31) e Abecitrus (15)

Secretaria e apoio administrativo: Debora
Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.
Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-
3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,
8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.agroanalysis.com.br



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar
no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia
e Administração, bem como contribuir para a proteção
ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra
Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio
Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho,
Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob
Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna e Nestor Jost

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira
de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins
Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo
(Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau
S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Sérgio Santiago (IRB-Brasil
Resseguros S.A), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Hélio Ribeiro Duarte (HSBC
Investment Bank Brasil S.A - Banco de Investimento), Luiz Tavares Pereira Filho
(Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros
no Estado do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes,
Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Andrew MacLachlan Gray (Souza Cruz S/A),
Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Gilberto Duarte Prado, Elizabeth Surreaux Ribeiro Tellechea
(Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A), Luiz Roberto Nascimento Silva,
Marcelo José Basílio de Souza Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de
Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Patrick
de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Pedro
Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café Solúvel
Brasília S.A), Titto Botelho Martins (Caeni Mineração e Metalurgia S.A)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

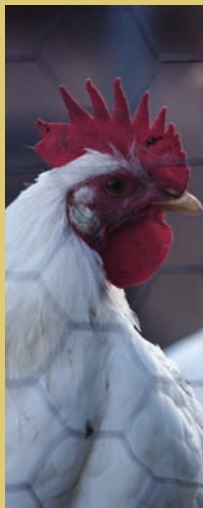
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP / FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.agroanalysis.com.br
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Normando Corral

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Citros

17 Pecuária

24 Rodada Doha

Especial

E1 Safra 2007/08

Agroenergia

26 Etanol

27 Dendê

Gestão

29 Qualiagro

32 Projeto Ripa

34 PDP Rural

36 Homenagem

37 Diário de bordo

37 Produzir

38 Opinião

Pecuária



Para onde
caminha
a boiada

Especial



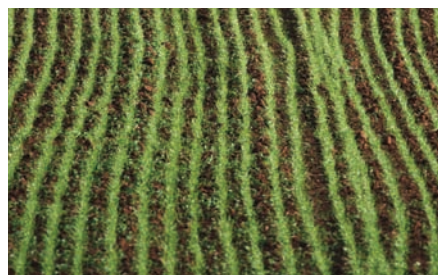
Perspectivas da safra 2007/08

Citros



Nova geografia dos pomares

Rodada Doha



O avanço protecionista na OMC

Normando Corral,
Federação da Agricultura e da Pecuária de Mato Grosso (Famato)

Mais logística para Mato Grosso

da Redação

ISOLADOS devido à precariedade da logística e pressionados pelas restrições ambientais, os agricultores de Mato Grosso entram em campo para o plantio da nova safra sem muito ânimo. Na safra passada, mesmo com a boa produtividade alcançada pela soja, as contas quase não fecharam. “Conseguimos quando muito empatar”, diz o engenheiro agrônomo Normando Corral, presidente em exercício da Federação da Agricultura e da Pecuária de Mato Grosso (Famato).

Produtor rural em Tangará da Serra, Corral reclama mais atenção do governo federal para Mato Grosso. “Nenhum país do mundo deixaria um estado como Mato Grosso jogado à própria sorte”, diz.

Em entrevista à *Agroanalysis*, Normando Corral apontou as deficiências de infra-estrutura do estado e destacou as oportunidades de negócio na Região Centro-Oeste.

AGROANALYSIS Após três anos de crise, os agricultores conseguiram preços melhores na safra passada. A receita, porém, não foi suficiente para quitar as dívidas acumuladas nos últimos anos. Como está o ânimo do produtor de Mato Grosso para o plantio da nova safra?

NORMANDO CORRAL Nada bom, se estamos falando da agricultura de grãos, da soja principalmente. Apesar da valorização da soja do ano passado para cá, a taxa de câmbio reduz o ganho do agricultor brasileiro e o impede de cobrir os custos de produção. Mesmo com uma boa produtividade, como a

“A infra-estrutura precária de transporte no estado encarece tudo o que nós compramos e desvaloriza tudo que nós vendemos”



alcançada na safra passada, não conseguimos nem sequer empatar. Como o setor está carregando uma dívida muito alta, por causa de investimentos feitos há dois ou três anos, fica difícil tocar o negócio. Além disso, há um problema crônico em Mato Grosso, que é a logística. A infra-estrutura precária de

transporte no estado encarece tudo o que nós compramos e desvaloriza tudo o que nós vendemos. Isso tem de ser resolvido logo pelo governo federal. Não podemos inviabilizar o estado de maior potencial agrícola do País, porque ele está ele longe dos grandes centros consumidores e dos exportadores.

“Na área sanitária, Mato Grosso fez um grande trabalho. Há mais de 11 anos que não temos foco de febre aftosa”



AGROANALYSIS Qual é a previsão de plantio de soja em Mato Grosso nesta safra. A área cresce ou diminui?

CORRAL A área deverá ser a mesma da safra passada. Mesmo porque os produtores não têm outra opção. Eles não podem reduzir o plantio, apesar de essa ser a vontade de muitos agricultores. Se ocorrer uma redução do plantio será devido à falta de recursos para plantar que um ou outro produtor possa ter. Mas a única forma de tentar sair dessa crise é produzindo. O endividamento por aqui está muito elevado, porque em vez de se capitalizar, muitos produtores resolveram reinvestir, trocando seu maquinário.

AGROANALYSIS Como o senhor avalia os custos de produção para o plantio desta safra?

CORRAL Os custos estão altos. O adubo está em alta e o óleo diesel também. Não dá para entender. O preço do barril do petróleo caiu, o dólar se desvalorizou, e o diesel continua caro.

AGROANALYSIS E as condições do crédito rural nesta safra? A redução dos juros agradou aos agricultores?

CORRAL Se você comparar a taxa de juros que a gente paga aqui com a do resto do mundo, nós ainda temos um juro muito elevado. É preciso levar em conta que os agricultores brasileiros não contam com subsídios e os nossos produtos enfrentam

barreiras comerciais nos EUA e nos países da União Européia.

AGROANALYSIS Mato Grosso enfrenta muitos problemas com doenças?

CORRAL Não, isso está controlado, principalmente depois que implantamos o vazio sanitário. O problema na safra passada foi bem menor que nas anteriores. Mato Grosso restringiu o plantio da safrinha para evitar a propagação do fungo da ferrugem asiática. É preciso lembrar que hoje o estado de Mato Grosso não é só uma fronteira agrícola, mas uma nova fronteira de tecnologia e conhecimento também. Nessa área, a gente tem avançado e muito. O que não conseguimos superar é a posição geográfica, porque não tem como fazer transposição de terras. Temos sim que achar a solução para o nosso problema de logística.

AGROANALYSIS Como está o escoamento da soja pela hidrovía do Rio Madeira?

CORRAL A hidrovía é importante para o escoamento da safra. Mas é preciso entender que o tamanho de Mato Grosso é igual à soma dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Se somarmos todos esses territórios ainda falta um pouco para alcançar o tamanho de Mato Grosso. Então não podemos ter apenas uma solução de logística. A hidrovía do Rio Madeira serve a uma região do estado. Mas para os agricultores que estão no

Araguaia ou no Nortão, ela não adianta. Nós temos municípios distantes 1.200 km de Cuiabá, a capital. Há, portanto, várias soluções logísticas, como a hidrovía Paraguai-Paraná, o asfaltamento da BR 63 (Cuiabá-Santarém) e outras.

AGROANALYSIS As estradas do Estado continuam esburacadas?

CORRAL As estradas em Mato Grosso estão horrorosas. A Operação Tapa-Buraco foi um fiasco. O agricultor perde muito com essa situação. O frete em Mato Grosso é mais caro por conta das condições ruins das estradas. Precisamos criar sistemas modais, utilizando estradas, ferrovias e hidrovias. Mas para resolver o problema de logística de Mato Grosso é preciso superar um antigo trauma, que é a questão ambiental. Basta pensar em construir uma nova hidrovía que surgem um monte de ambientalistas e ONGs para protestar e dizer que isso vai causar impactos ao meio ambiente e coisa e tal. O jeito é voltar à época dos dinossauros.

AGROANALYSIS O Mato Grosso tem fama de ser um estado que desmata?

CORRAL Mas é uma fama injusta. Na década de 70/80, os produtores que vieram para cá foram induzidos pela política pública da integração nacional. Eles eram agentes da expansão da fronteira agrícola. Depois, passaram a ser tratados como devastadores pela mídia. Mas tudo o que nós produzimos aqui é com consciência



“Na década de 70/80, os produtores que vieram para cá eram agentes da expansão da fronteira, depois passaram a ser tratados como devastadores”

ambiental, preservando a natureza. Há alguns erros, claro, mas se formos colocar na balança, são muito menores que os ocorridos na Europa e nos EUA. A Europa tem menos de 2% da sua cobertura vegetal nativa. Então, que acusação pode pesar contra nós? Eles sim devastaram, nós não. Nós produzimos com consciência ambiental.

AGROANALYSIS Como está o avanço da cana em Mato Grosso?

CORRAL Zero. Nós não temos nenhum projeto de usina aprovado no estado. Não só por causa dos problemas de logística, mas também pelas restrições ambientais que nos são impostas em demasia. As novas usinas estão sendo construídas em São Paulo, no Triângulo Mineiro, no sul de Goiás, no leste de Mato Grosso do Sul e no norte do Paraná. São regiões que estão próximas dos grandes centros de consumo ou dos portos.

AGROANALYSIS Mas na área do biodiesel, Mato Grosso tem grande potencial

CORRAL Nós podemos ser a Arábia Saudita do biodiesel. Já há usinas em funcionamento como a Barralcooil. Temos grande potencial para produzir energia, inclusive energia elétrica a partir da biomassa. Nenhum país do mundo deixaria

um estado como Mato Grosso jogado à própria sorte.

AGROANALYSIS E a produção de carnes no estado? Vem aumentando?

CORRAL Temos grandes projetos na área de suínos e frangos da Sadia e da Perdigão. Transformar grãos em proteína animal é uma das nossas vocações. Também vem aumentando o número de frigoríficos em Mato Grosso.

AGROANALYSIS A pecuária também é muito forte em Mato Grosso.

CORRAL A pecuária melhorou em relação a três anos. Mas o pecuarista está sempre com aquele temor de que pode tropeçar na próxima esquina e cair. Na área sanitária, Mato Grosso fez um grande trabalho. Há mais de 11 anos que não temos foco de febre aftosa. Foram registrados focos em Mato Grosso do Sul e na Bolívia, nossos vizinhos, e isso nos preocupa muito. Mas adotamos todos os cuidados para que a febre aftosa não volte ao nosso Estado. Nós hoje somos prejudicados por uma barreira comercial que divide o estado em duas áreas. Uma está habilitada para vender à Europa e a outra não. Isto nos faz perder muito dinheiro. O rebanho nelore de Mato Grosso é de excelente qualidade. Temos hoje o maior rebanho bovino do Brasil, em torno de 26 milhões

de cabeças, e contamos com frigoríficos exportadores com alta capacidade de competição.

AGROANALYSIS Quais são as grandes tendências do agronegócio em Mato Grosso?

CORRAL A vocação do estado é ser um produtor de matéria-prima. Mato Grosso tem um imenso potencial para a agricultura, mas precisa antes vencer seus problemas crônicos: a falta de infra-estrutura e as restrições ambientais. A questão ambiental está paralisando o estado. Você não consegue fazer novos projetos, porque enfrenta restrições sobre restrições. Mato Grosso é considerado um estado amazônico. Mas por um conceito político, e não geográfico. A área de floresta amazônica no estado é pequena. Mas isto gera muita confusão. E como Mato Grosso é o estado da região amazônica que mais produz, sofre a agressão das entidades ambientais do governo, das ONGs e até de outros países. Ninguém no mundo deixa terras férteis sem produzir. Por que nós temos de fazer isso? Se não é para desmatar, então alguém vai ter de pagar por isso. Além de todos os custos que nós temos aqui no estado, ainda temos o custo ambiental, porque nós precisamos deixar entre 50% e 80% das nossas áreas como reserva, e produzir no restante da área. ■

Macroeconomia

Balanço de seis meses

Rogério Mori*

PASSADOS SEIS meses de 2007, já é possível traçar com alguma clareza o ambiente econômico, bem como apontar as perspectivas para os próximos meses do ano.

Nesse contexto, a partir dos indicadores relativos à atividade econômica, fica claro que o desenho do crescimento em 2007 deverá ser centrado no plano econômico doméstico.

O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre do ano sanciona essa perspectiva. Segundo o IBGE, o crescimento do produto brasileiro registrou uma desaceleração em relação aos trimestres anteriores, com variação sazonalmente ajustada de apenas 0,8% relativamente ao último trimestre de 2006. O elemento mais marcante desse desempenho, no entanto refere-se ao fato de que sua dinâmica foi imposta pelo setor de serviços, com crescimento dessazonalizado de 1,7% em relação ao último trimestre do ano passado. A agropecuária e a indústria registraram, respectivamente, queda de 2,4% e crescimento de apenas 0,3% nessa mesma comparação. Esse comportamento indica que setores que têm comércio com o exterior tiveram um desempenho mais fraco no começo do ano. Fenômeno similar pode ser observado ao se analisar o PIB pela ótica da demanda, em que as exportações registraram crescimento de apenas 1,2% contra um aumento de 4,1% do lado das importações.

Claramente essa dinâmica pode ser associada, de um lado, ao ciclo de redução da taxa básica de juros – Selic, que tem estimulado a demanda por bens de consumo, particularmente os duráveis, e de

outro, pela apreciação do real diante do dólar, que tem provocado uma desaceleração no ritmo de crescimento das exportações e estimulado as importações.

Outros indicadores confirmam esse cenário em 2007. Segunda a Anfavea, os licenciamentos de veículos novos cresceram 25,7% no primeiro semestre do ano relativamente ao mesmo período de 2006, sendo que o licenciamento de veículos importados cresceu 111,4% nessa comparação. As exportações do setor, por sua vez, registraram um recuo de 7,0% no primeiro semestre de 2007.

Expectativas de mercado – mediana

	2007	2008
IPCA (%)	3,70	4,00
PIB (% de crescimento)	4,39	4,20
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – fim de período	1,90	2,00
Meta taxa Selic (% aa) – fim de período	10,75	9,75

Fonte: BCB – Relatório de Mercado 13/07/2007

É natural que esses efeitos surjam, uma vez que a apreciação da moeda brasileira ante as demais moedas se fez sentir com maior intensidade nos últimos anos. Aparentemente, esse movimento ainda não se esgotou completamente e existe a possibilidade de novas apreciações do real mais adiante.

Do lado dos preços domésticos, por sua vez, o cenário continua favorável. A inflação medida pelo IPCA acumulada em 12 meses terminados em junho registrou variação de 3,69%, significativamente abaixo das metas fixadas para 2007 e 2008, de 4,50%. Nesse contexto, a apreciação da

taxa de câmbio também teve seu papel, uma vez que a variação dos preços dos bens comercializáveis com o exterior, de 3,14% nos últimos doze meses terminados em junho, tem se situado abaixo da verificada para os bens não comercializáveis com o exterior, de 5,02% na mesma comparação.

Sob essa perspectiva, o cenário econômico de 2007 também tem se mostrado favorável do lado das contas públicas, ante um expressivo crescimento da arrecadação. Do lado externo, dado o ambiente econômico-financeiro internacional favorável, o quadro também se mostrou positivo em face da manutenção de um expressivo saldo comercial.

As perspectivas para os próximos meses devem consolidar o quadro verificado no primeiro semestre de 2007, com a manutenção do ciclo de flexibilização da política monetária e a possibilidade de novas apreciações da moeda brasileira. Em termos de crescimento, as expectativas de mercado coletadas pelo Banco Central apontam para um crescimento em torno de 4% neste ano (vide tabela), sendo que a dinâmica de crescimento deverá seguir os fatores condicionantes verificados no início de 2007, centrados no mercado doméstico.

Do ponto de vista da inflação, as perspectivas mostram-se favoráveis, com as projeções de mercado apontando para patamares inferiores à meta, o que abre novos espaços para reduções adicionais da taxa de juros. No plano fiscal, a meta de superávit primário deverá ser cumprida sem maiores problemas neste ano e existe a perspectiva de um resultado nominal do setor público mais favorável em 2007. O mesmo é válido do ponto de vista das contas externas, embora esse ano talvez represente de forma mais consistente uma inflexão principalmente no que tange à balança comercial brasileira.

Em suma, afora alguma surpresa, o cenário prospectivo para os próximos meses sugere uma extensão da dinâmica verificada no primeiro semestre de 2007. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

Boas práticas

O confinamento do Grupo Bertin, em Aruanã (GO), recebeu a certificação Eurep-Gap IFA, protocolo internacional de boas práticas de produção. Com isto, o grupo se credencia no Euro Retailer Produce Working Group, que reúne os maiores supermercados da Europa. A fazenda do Bertin em Aruanã, com 4 mil hectares, tem capacidade para engorda de até 100 mil cabeças por ano,

MENOS POLUENTE

No Brasil, o uso de biodiesel em veículos comerciais leves foi aprovado em teste realizado pelo Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas (Ladatel) da USP de Ribeirão Preto, homologado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Os testes indicaram que o biocombustível, quando misturado ao diesel comum, reduz as emissões de gases poluentes.

Gigantes da agronegócios

Enquanto se multiplicam os nomes no etanol (Odebrecht, ADM, Bunge, Cargill e Noble), a Brasil Ecodiesel investe no biodiesel. A empresa, que já produz 60% do biodiesel brasileiro, inaugurou sua quinta usina em Rosário do Sul (RS). Com a nova unidade, a capacidade total de produção da companhia sobe para 520 milhões de litros por ano.

Valor da floresta

A biodiversidade da maior floresta do mundo contribui com menos de 1% para o PIB brasileiro. O dado consta de um estudo preparado por Charles Roland Clement, pesquisador do Departamento de Ciências Agrônômicas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia atinge cerca de R\$ 114 bilhões/ano ou 6% do total do Brasil. A agropecuária responde por R\$ 16,6 bilhões desse valor e os produtos e serviços originários da biodiversidade representam R\$ 9 bilhões.



CONTRAPONTO

“Os biocombustíveis devem ser produzidos em áreas onde o potencial agrícola ainda não foi plenamente utilizado”

Peter Mandelson, comissário para o comércio da União Européia

“O plantio de cana no Brasil não comprometeu a produção de alimentos e está bem distante da Amazônia”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil

Discursos durante a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, organizada pela Comissão Européia, em Bruxelas, em julho de 2007

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

SEM PIRATARIA



Os agricultores que utilizarem (e comprovarem) sementes legais podem elevar em até 15% o seu limite de financiamento na 2007/2008. A decisão, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, visa desestimular o uso de sementes piratas no país. "O apoio à produção de sementes legais incentiva a pesquisa de novas variedades, além de valorizar o uso da tecnologia e evitar os problemas fitossanitários", diz Ywao Miyamoto, presidente da Abrasem. O setor sementeiro investe cerca de R\$12 milhões/ano em pesquisas.

RECEITA RECORDE

As exportações da carne bovina fecharam o primeiro semestre com receita de US\$ 2,2 bilhões, 31% a mais do que a obtida no mesmo período do ano passado. Foi embarcada 1,363 milhão de toneladas, volume 26,69% superior ao verificado no mesmo semestre de 2006.

Carne para Cuba

Cuba é o próximo destino da carne bovina brasileira in natura. O país de Fidel pretende comprar 15 mil toneladas por ano, segundo informa o MAPA. O Brasil já exporta para Cuba carne bovina industrializada (US\$ 22,5 milhões em 2006) e carne de frango (US\$ 18,9 milhões).

Expresso chinês

A Illycaffè, da Itália, e a Café de Coral Group, da China, vão abrir juntas 30 lojas da Espressoamente Illy, franquia do grupo italiano, em Hong Kong e Macau. A primeira unidade será no aeroporto de Hong Kong.

TRATORES E COLHEITADEIRAS



16.700

máquinas agrícolas foram vendidas no País no primeiro semestre deste ano, com alta de

34%

sobre o total comercializado no mesmo período de 2006

Fonte: Anfavea

Um só agronegócio

"Brasil, Um Só Agronegócio" é o tema da sexta edição do Congresso Brasileiro de Agribusiness, que a Abag realiza nos dias 27 e 28 de agosto, em São Paulo. Também é o tema da palestra do cineasta e jornalista Arnaldo Jabor na abertura do Congresso na segunda-feira, 26 de agosto, às 16h.

As inscrições já estão abertas e podem ser feitas diretamente no site da associação, no endereço: www.abag.com.br, onde está disponível também a programação completa do Congresso. O valor da taxa de inscrição é R\$ 350 e o prazo limite para inscrever-se é até 22 de agosto. Mais informações pelo tel. (11) 5181-2905 ou pelo e-mail: cba@wenter.com.br.

SÃO PAULO RURAL

Dados da Secretaria de Relações Internacionais do MAPA mostram o poder do agronegócio paulista. O estado respondeu por 27,7% das exportações brasileiras do setor em 2006. Entre 2004 e 2006, os principais produtos exportados foram açúcar bruto (14,7%), açúcar refinado (12%), carne bovina in natura (11,7%) e suco de laranja (10,4%).

Citros

Mudanças geográficas

Marcos Fava Neves*
 Frederico Fonseca Lopes**
 Vinícius Gustavo Trombin***
 Antonio Ambrosio Amaro****
 Evaristo Marzabal Neves *****
 Marcos Sawaya Jank*****

É COMUM as culturas se concentrarem regionalmente, devido às condições edafoclimáticas, disponibilidade de mão-de-obra, problemas fitossanitários e, por fim, acesso a insumos e infra-estrutura.

Embora as plantas cítricas ocorram em todos os estados brasileiros, São Paulo lidera e responde no âmbito nacional por 80% da produção de laranja, 80% da produção de limão e 44% da produção de tangerina. A concentração dos pomares está na região denominada “cinturão citrícola paulista”, que compreende 348 municípios, responsáveis por 99,7% da área plantada com laranja no estado.

Alguns indicadores variam consideravelmente entre as regiões citricolas. O norte e nordeste, apesar de responderem por 61% da produção do cinturão, apresentam produtividade de 1,8 caixa por pé, contra 2,3 no sudoeste, mesmo com pomares menos adensados, que permitem maior produção por planta. Isso se dá pelo fato de haver pomares que estão no final do seu ciclo produtivo, plantados no início da década de 1990, época em que os bons preços, resultantes das geadas na Flórida, se tornaram um grande estímulo para a expansão da citricultura nessas regiões.

A região sudoeste, com produtividade de cerca 1.000 caixas por hectare e densidade de 434 pés por hectare, responde por apenas 16% da produção paulista.

Entre 2001 e 2005, a região sudoeste apresentou o maior incremento, tanto na área plantada, quanto na produção, com crescimento de 19% e 59%, respectivamente. No entanto, por ainda ser uma área nova no cultivo de laranja, a produ-

ção da região ainda é pouco expressiva em relação à produção total do cinturão, respondendo por apenas 16% da produção total. As regiões norte e nordeste concentram cerca de 70% da área plantada de laranja no cinturão e 60% da produção do cinturão citrícola.

Cinturão citrícola e regiões produtoras



Fonte: IEA

Entre 2001 e 2005, a área de laranja na região sudeste foi reduzida em 2%, e em 9% na região norte. A produção do norte tende a ter mais valor para a indústria de suco por produzirem frutas com *ratio* mais elevado. Já a produção no sudoeste produz frutas mais ácidas e com menor Brix, apesar da melhor coloração. Assim, a indústria precisa das frutas do norte para preparar *blends* que atendam aos consumidores.

O deslocamento da citricultura para a região sudoeste é uma alternativa encontrada para reduzir a pressão de doenças como, morte súbita dos citros (MSC) e clorose variegada dos citros (CVC), cuja proliferação tornou o controle fitossanitário oneroso e dependente de alta tecnologia.

Em consequência da CVC, as frutas produzidas são menores e com menos sólidos solúveis que o normal. Com isso, a indústria demanda 10% a mais de laranja para produzir a mesma tonelada de suco. Outro fato que atrai a citricultura para o sudoeste é o preço da terra ainda menor e que têm compensado a implantação de novos pomares, em geral, sem irrigação, pois as chuvas são mais bem distribuídas ao longo do ano.

O *greening*, três anos após a descoberta dos primeiros focos em Araraquara, já

se espalhou por mais de 105 municípios paulistas, o que representa um quarto do cinturão citrícola, predominantemente na região sudeste. Dadas a rapidez com que se alastrou, a severidade e a dificuldade de controle, acredita-se que brevemente em todas as regiões haverá maiores presença e intensidade dessa doença. Daí a grande necessidade de inspeção para erradicar a planta com sintomas o mais rápido possível, evitando o que aconteceu

com a citricultura na Flórida, que perdeu o controle dessa doença e também do cancro cítrico.

O controle das pragas e das doenças exige investimentos na formação e qualificação dos produtores e trabalhadores, o que reflete a elevada especificidade dos ativos na citricultura. Além da especificidade de ativos humanos citam-se também outros aspectos peculiares de cultura como:

- Tempo prolongado para os pomares alcançarem plena produção,
- Alto custo de produção e de manutenção dos pomares,
- Perecibilidade dos frutos,
- Necessidade de escala de produção e localização geográfica adequada.

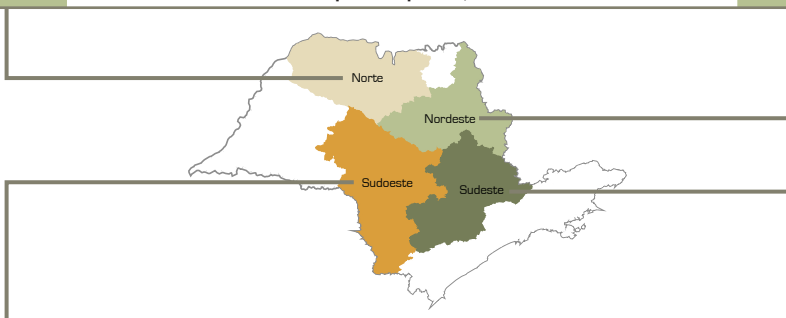
Os antigos pomares do norte e nordeste têm alternativa de serem substituídos principalmente pela cana-de-açúcar. Em 2001, a área plantada de cana no norte do cinturão citrícola era o dobro da área de laranja e, em 2005, essa relação passou a ser praticamente 3 vezes superior. Outro fato que merece atenção é a constatação de que a laranja perde valor para a cana-de-açúcar. Na safra 2002/03, três caixas de laranja equivaliam a uma tonelada de cana-de-açúcar, já na safra 2006/07 a expectativa foi de seis caixas para uma tonelada de cana, essa relação pode cair para 4,5 caixas com a renegociação de contratos e da compensação oferecido por algumas indústrias de cerca de US\$ 1,20 por caixa.

De modo geral, o avanço da cana pode ser benéfico no médio prazo para a toda a citricultura. Como os produtores com baixa produtividade mudam de atividade, permanece no setor o agricultor mais profissional e vigilante no controle de pragas e doenças. Aparecem ilhas de citros entre os canaviais, em vez de áreas extensivas, como acontece em algumas micro-regiões.

Portanto, o que se percebe recentemente é um reposicionamento dos pomares, e não uma diminuição da área ocupada pela citricultura no estado de São Paulo, como aconteceu em 2000 (redução de 22%). Naquele ano, a saída de muitos citricultores da atividade foi causada pela

São Paulo: dimensão da produção das regiões citrícolas

Região Norte	% em relação ao cinturão	Indicador	% em relação ao cinturão	Região Nordeste
103,7	29%	Produção em milhões de caixas	32%	114,4
212,2	37%	Área em mil hectares	32%	184,7
6,7	21%	Quantidade de pés novos em milhões	31%	9,8
58,5	32%	Quantidade de pés em produção em milhões	34%	62,3

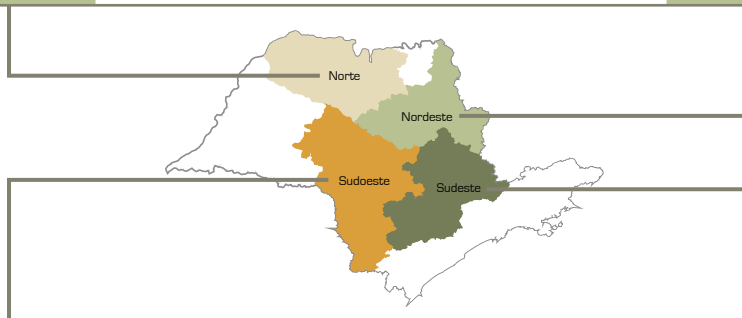


Região Sudoeste	% em relação ao cinturão	Indicador	% em relação ao cinturão	Região Sudeste
55,3	16%	Produção em milhões de caixas	22%	77,3
56,0	10%	Área em mil hectares	21%	120,0
11,3	36%	Quantidade de pés novos em milhões	11%	3,4
24,3	13%	Quantidade de pés em produção em milhões	21%	38,3

Fonte: IBGE e IEA

São Paulo: eficiência da produção das regiões citrícolas

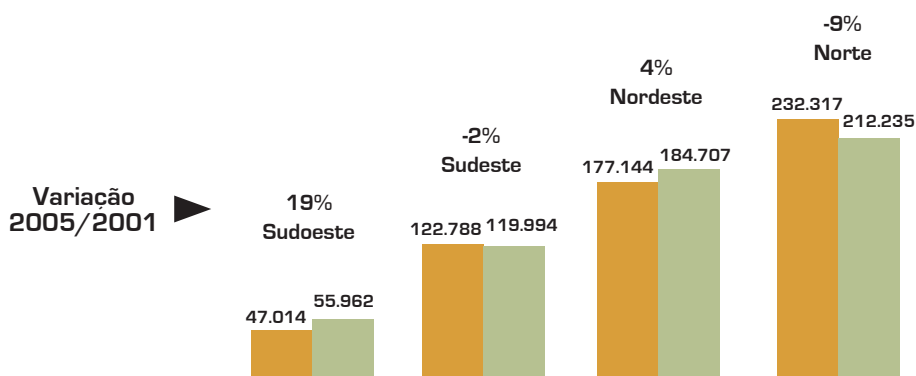
Região Norte	Indicador	Região Nordeste
489	Produtividade em caixas/hectare	620
1,8	Produtividade em caixas/pés em produção	1,8
275	Densidade do plantio em pés/hectare	337
10%	Participação de pés novos em relação ao n° de pés total	14%



Região Sudoeste	Indicador	Região Sudeste
988	Produtividade em caixas/hectare	644
2,3	Produtividade em caixas/pés em produção	2
434	Densidade do plantio em pés/hectare	319
32%	Participação de pés novos em relação ao n° de pés total	8%

Fonte: IBGE e IEA

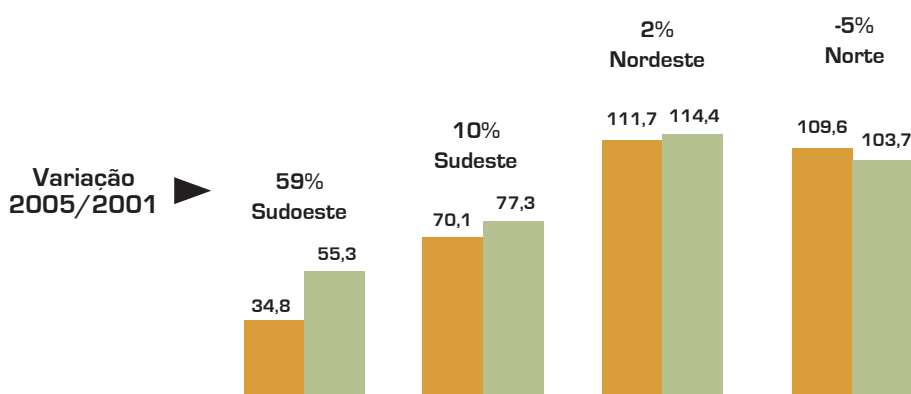
Cinturão citrícola paulista: área plantada, densidade e produtividade



Ano	2001	2005	2001	2005	2001	2005	2001	2005
Densidade (pés em produção/hectare)	348	434	315	319	347	337	291	275
Produtividade (caixas/hectare)	740	988	541	644	630	620	472	489
Área de citros em relação à área cultivada do cinturão	5%	5%	15%	14%	14%	13%	20%	16%
Relação da área de cana em comparação a área de citros	9x	8x	3x	3x	4x	5x	2x	3x
Valor médio do hectare (R\$)	2.912	9.107	7.387	13.260	4.913	13.998	4.814	10.384

Fonte: IEA

Cinturão citrícola paulista: evolução da produção



Ano	2001	2005	2001	2005	2001	2005	2001	2005
Produção da região/total	11%	16%	21%	22%	34%	33%	34%	30%
Pés em produção (milhões)	16,4	24,3	38,7	38,3	61,4	62,3	67,2	58,5
Pés novos (milhões)	4,6	11,3	2,6	3,4	7,0	9,8	6,6	6,7

Fonte: IEA

estiagem, a bi-anualidade da produção, pela forte redução do preço da caixa de laranja e pela retração da indústria diante de estoques elevados de suco.

A partir de 2000, a área plantada permaneceu praticamente a mesma, enquanto a produtividade cresceu 21%, permitindo a manutenção da produção de laranja em São Paulo. Os pomares mais novos são os grandes responsáveis por esse ganho de produtividade, em função de quatro fatores: alta densidade, material genético das plantas, rígido controle fitossanitário, trato cultural adequado e uso de irrigação em alguns casos (cerca de 15% de todo a área citrícola), sendo que o último fator também contribui para uma menor variação entre as safras.

Com um aumento de 59% na quantidade de caixas colhidas entre 2001 e 2005, o sudoeste passou a ser a região mais promissora, com aumento no número de pés novos em 146%, de 4,6 milhões para 11,3 milhões.

A redução da área plantada no norte, entre 2001 e 2005, refletiu numa queda de 5% na quantidade de caixas de laranja colhida nessa região. Mesmo assim, o norte, com 30% da produção do cinturão citrícola, continua ocupando o segundo lugar no *ranking* que classifica as regiões pelo volume produzido, perdendo a primeira posição para a região nordeste (33%). A terceira e a quarta posições são do sudeste (22%) e sudoeste (16%), respectivamente.

Em resumo, o “deslocamento geográfico” da citricultura paulista pode ser constatado quando se considera, por EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural), a variação percentual de pés novos entre as duas safras agrícolas 2005/2006 e 2006/2007 e também na relação entre pés novos e número total de pés nas principais regiões produtoras.

Assim, pode-se a princípio relacionar os EDRs de Avaré, Bauru, Botucatu, Jaú, Mogi-Mirim e ainda Ourinhos, onde a citricultura mostra-se em expansão (número de pés), em contraposição ao arrefecimento de novos plantios em São José do Rio Preto, Jales, Lins e São João da Boa Vista.

O avanço dos pomares em direção ao sudoeste e, em consequência, o crescimento da sua produção de laranja poderão, em breve, viabilizar maiores investimentos em unidades processadoras nessa região, pois o custo do investimento pode vir a ser mais atrativo que transportar a fruta para alguma outra região para ser processada.

Atualmente, 39% da capacidade instalada das principais empresas processadoras estão na região nordeste, 36% na região norte e 22% na região sudoeste.

Além das principais empresas processadoras representadas no mapa, outras com menor capacidade instalada também compõem o parque industrial citrícola do estado de São Paulo. Seguem as outras cinco indústrias com sua respectiva quantidade de extratoras: KB (12), Selial Citrus (7), Agromex (6), Hildebrand (6), Guacho (5). Sendo a Guacho a única localizada na região sudoeste.

Feita essa abordagem sobre as regiões produtoras em São Paulo, o próximo item comentará as projeções de plantio e idade das plantas.

Projeções de plantio e idade das plantas

Devido aos plantios observados ao longo da década de noventa, o número de plantas de laranja manteve-se acima de 200,0 milhões a partir de 1996, segundo dados de levantamentos para previsão de safras elaborados pelo IEA-Cati, e com estimativas de produção ao redor de 350 milhões de caixas (40,8kg/ano), com recorde de mais de 400 milhões em 1997.

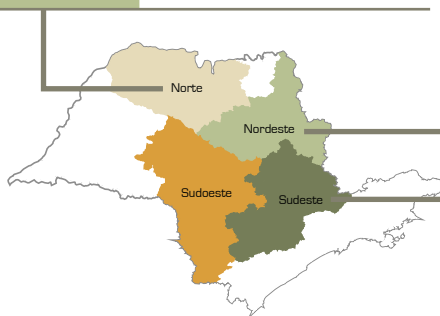
Do total de plantas na safra agrícola 2005/06, estima-se que 16% estivessem com até 3 anos, ou seja, não haviam ainda entrado em produção. Dentre as demais, 52% estavam com mais de 10 anos e os 32% restantes tinham entre 4 e 10 anos.

A queda nos preços médios de laranja provocou uma erradicação de pés velhos e de plantas pouco produtivas, estimada em 4% a 6% ao ano sobre o total de plantas existentes. Com o objetivo de fornecer um quadro de projeções para os próximos anos procedeu-se a um exercício baseado em três fatores: a) número

Localização e capacidade instalada das empresas processadoras

Norte 384 extratoras (36%)		
Processadora	Município	Nº Extratoras
Cutrale	Colina	96
Dreyfus	Bebedouro	84
Citrosuco	Bebedouro	72
Bascitrus	Mirassol	24
Citrovita	Catanduva	66
Cutrale	Uchoa	42

Nordeste 414 extratoras (39%)		
Processadora	Município	Nº Extratoras
Citrosuco	Matão	180
Cutrale	Araraquara	84
Dreyfus	Matão	70
Citrovita	Matão	56
Cutrale	Itápolis	24



Sudeste 230 extratoras (22%)		
Processadora	Município	Nº Extratoras
Citrosuco	Limeira	60
Dreyfus	Eng. Coelho	60
Citrovita	Araras	66
Cutrale	Conchal	44



Principais indicadores do cinturão citrícola paulista

Indicador	Valores
Produtividade média	612 caixas/ha
Produtividade média por pé em produção	1,9 caixa
Densidade média do plantio	320 pés/ha
% de pés novos em relação ao n° de pés total	16%
Produção por ano-safra	351 milhões de caixas
Área plantada	573 mil ha
% Área plantada com laranja em relação à área total cultivada no Estado de SP	9% (6,65 milhões de ha)
% Área plantada de laranja em relação à área total cultivada no cinturão citrícola	12% (4,7 milhões de ha)
Representatividade da área plantada de laranja em relação à área plantada com cana-de-açúcar no cinturão citrícola	25% (573 mil ha de laranja / 2,3 milhões de ha de cana)
Pés novos	31,1 milhões
Pés em produção	183,3 milhões
Extratoras instaladas	1.018 extratoras
Unidades de processamento instaladas	15 unidades

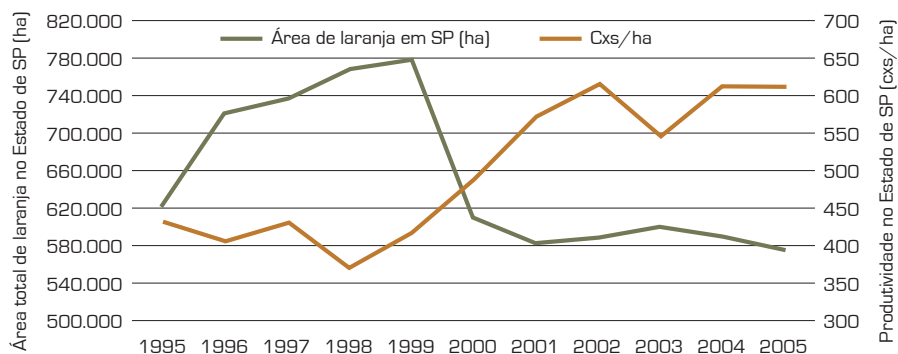
Fonte: IBGE e IEA

Estimativa da distribuição da citricultura paulista por faixa etária (milhões de árvores)

Ano	Participação por faixa etária (anos)			
	Até 3	4 a 7	8 a 10	Acima de 10
2007	17	17	15	51
2008	18	19	13	50
2009	21	20	12	47
2010	22	22	12	44
2011	22	25	13	40

Fonte: IEA

Estado de São Paulo: área plantada e produtividade de laranja



Fonte: IBGE

de pés existentes em 2006; b) erradicação ou perda anual de plantas de 4% sobre o número de plantas existentes ao final de cada safra; c) plantio de 16 milhões de mudas por ano (de 2008 a 2011).

Adotando-se esses parâmetros, os resultados obtidos revelam que: haverá uma parcela crescente de pés com até 3 anos, os quais deverão passar a representar 22% do total em 2011, o percentual

do número de pés com mais de 10 anos de idade poderá ser reduzido para 47% em 2009 e até para 40% em 2011; também deverá haver maior participação de pés com idade entre 4 e 7 anos, atingindo 25% em 2011.

Esse cenário revela uma recomposição do parque citrícola de São Paulo, com ampliação da parcela de pomares com idade entre 4 a 10 anos, os quais plantados recentemente, com mais tecnologia e adensados, terão tendência de apresentar uma maior produtividade por hectare.

Tais resultados levam a projetar para os próximos anos uma oferta de laranjada ordem de 350 a 380 milhões de caixas, podendo chegar a um pico de 400 milhões de caixas, sem, contudo, vir a representar aumento de área plantada.

Ainda que tais indicadores devam ser entendidos como projeções ou expectativas e, por isso, sujeitos a desvios que não podem ser captados no momento, esse método foi usado em outras oportunidades e seus resultados acabaram se aproximando bastante daqueles que vieram a ser, posteriormente, observados, ou seja, podem ser considerados como bons indicadores de tendências.

Percebe-se que a representatividade de pomares em formação tem expectativa de permanecer praticamente constante nos próximos quatro anos, sugerindo que, mesmo com pomares tecnologicamente mais avançados, deverá ocorrer uma produção modestamente maior que a produzida no presente momento, podendo até ser insuficiente no curto prazo para cobrir a lacuna deixada pelos problemas enfrentados pela Flórida. ■

* Professor da FEA/USP de Ribeirão Preto e coordenador do PENSA

** Mestre em Administração pela FEARP/USP. Pesquisador do PENSA

*** Mestre em Administração de Organizações pela FEARP/USP

**** Secretária da Agricultura do Estado de São Paulo

***** Engenheiro Agrônomo, professor titular da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP)

***** Professor da FEA/USP e Presidente da UNICA (União da Agroindústria de Cana de Açúcar)

Pecuária I

O novo mapa das pastagens

Fabio Lucheta Isaac *
Alcides Torres**
Fabiano R. Tito Rosa*

EM 2006, a área ocupada por pastagens no Brasil teve um crescimento de apenas 0,1% em relação a 2005. Praticamente não houve alteração. Quando se olha o período de 2001 a 2006 constata-se uma redução de 1,54% na área. Os terrenos extremamente degradados, quase sem uso, além daqueles de cerrado eventualmente utilizados para exploração pecuária, não são considerados no estudo.

Em 2006, as pastagens encolheram 10,81%. em São Paulo, principalmente por causa da expansão da cana-de-açúcar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a área ocupada com cana no estado passou de 3,08 milhões de hectares em 2005 para 3,87 milhões em 2006, um aumento de 25,5%.

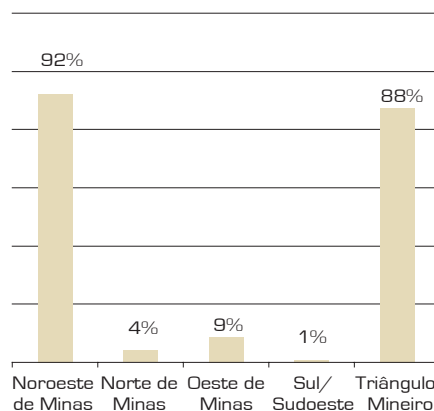
Os estados que apresentaram aumento na área de pastagem entre 2005 e 2006 foram: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins.

Pelo segundo ano consecutivo, a área de pastagem no Paraná está em recuperação. No entanto, em relação a 2001, a área destinada à exploração pecuária diminuiu 16,7%. Em 2006, a área de pastagem cresceu, principalmente, sobre as áreas de soja e trigo, que por sua vez reduziram-se em 6,5% e 31,1% respectivamente.

O avanço da cana-de-açúcar em Minas Gerais merece destaque. Entre 2005 e 2006, a área ocupada pela cana aumentou 48,7%. A procura por terras para o plantio de cana na região do Triângulo Mineiro, por exemplo, aumentou significativamente e o valor das terras na região subiu.

Nos estados que compõem a Amazônia legal, a área de pastagem cresce, muitas vezes, sobre áreas desmatadas. Os dados

Minas Gerais: variação nos preços de terra para pastagem (dez 2006/dez 2005)



do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sobre o desmatamento de 2006 ainda não foram publicados, mas as estimativas indicam sua concentração no Pará, Amazonas, Acre, Maranhão, Tocantins e Roraima. Nos últimos anos, a taxa

de desmatamento está diminuindo. Em Mato Grosso, por exemplo, é esperada uma retração das aberturas em 34%.

As áreas com eucalipto cresceram em 2006. Estimativas da Associação Nacional dos Fabricantes de Celulose e Papel (Bracelpa) indicam para o estado de São Paulo uma área de 394 mil hectares de eucalipto, destinada à fabricação de papel. Isso corresponde a quase 60% da área estadual com pomares de citrus, que cresceu 17,16% entre 2005 e 2006, segundo o IBGE.

O avanço da agricultura para a produção de biocombustíveis, suco, papel, carvão etc. deve dar início a um novo período de redução das áreas de pastagem, levando-se em conta as pressões ambientais que limitam a expansão da pecuária na região amazônica.

O quadro verificado entre 2001 e 2004, quando a pecuária cedeu cerca de 6,50 milhões de hectares para a agricultura, pode se repetir. Esse cenário não significa ameaça à produção de carne bovina. A pressão da agricultura e a recuperação dos preços pecuários podem levar a um aumento do ritmo de incorporação de tecnologia na pecuária, com a intensificação da atividade em termos de animais por unidade de área, o que incrementará os resultados produtivos. ■

* zootecnista

** engenheiro agrônomo

Scot Consultoria

17 3343 5111 www.scotconsultoria.com.br

Variação na área de pastagem entre 2001 e 2006 (milhões de hectares)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Var. 01/06
Bahia	14,49	14,50	14,51	14,47	14,52	14,31	-1,21%
Goiás	19,40	19,12	18,83	18,78	18,85	19,05	-1,80%
Mato Grosso	21,45	20,70	19,95	20,06	20,24	21,50	0,24%
Mato Grosso do Sul	21,81	21,54	21,27	21,09	21,47	21,52	-1,32%
Minas Gerais	25,35	25,18	25,01	23,79	24,50	24,37	-3,87%
Pará	7,46	7,49	7,52	8,00	8,11	8,39	12,41%
Paraná	6,68	6,11	5,54	5,36	5,52	5,56	-16,71%
Rio Grande do Sul	11,68	11,35	11,01	10,58	11,07	11,26	-3,62%
Rondônia	4,42	4,45	4,48	4,53	4,59	4,72	6,81%
São Paulo	10,11	9,99	9,88	9,61	9,85	8,78	-13,11%
Tocantins	11,08	11,05	11,03	10,98	11,24	11,39	2,78%
Brasil	179,20	176,75	174,29	172,70	176,27	176,45	-1,54%

Fonte: Scot Consultoria

Pecuária II

Integração com a lavoura

A DEGRADAÇÃO das pastagens é um dos maiores problemas da pecuária do Brasil na atualidade. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) cerca de 80% dos 50 a 60 milhões de hectares de pastagens cultivadas do Brasil Central, encontram-se em algum estágio de degradação. Essa área responde por 55% da produção de carne nacional.

Na Amazônia Ocidental, cerca de 10 milhões de hectares de florestas estão atualmente ocupados com pastagens cultivadas. Dessa área, quase 40% já apresentam pastagens em diferentes estágios de degradação. Isso leva a mais desmatamentos, a fim de alimentar adequadamente os rebanhos e resultando numa pecuária itinerante.

Considerando apenas a fase de recria e engorda de bovinos, a produção animal em uma pastagem degradada pode ser seis vezes inferior a de uma pastagem recuperada ou em bom estado de manutenção.

Para solucionar os problemas com pastagens degradadas e dar maior sustentabilidade da produção animal a pasto, pesquisadores desenvolveram técnicas mediante a introdução de culturas anuais, como o milho e leguminosas, e de fertilização.

As tecnologias incluem recomendação das doses e formas de adubação para as principais forrageiras, de novas cultivares de gramíneas e leguminosas forrageiras adaptadas para as diferentes condições ambientais, desenvolvimento de técnicas de utilização de leguminosas e utilização de sistemas de integração de lavoura com pecuária.

O desenvolvimento sustentável da pecuária contribui para preservar os re-

curso naturais e aumentar a renda do produtor. A integração lavoura-pecuária e o plantio direto na palha são sistemas de produção importantes para expandir a atividade no País porque:

- Permite o uso mais racional do solo;
- Recupera áreas degradadas, como pastagens com baixa produção de forragem;
- Recupera plantios com problemas de produtividade e sustentabilidade.

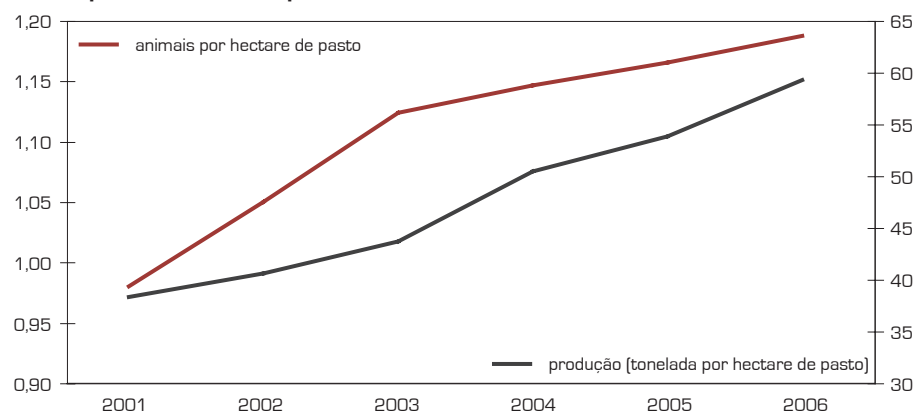
O preparo convencional do solo, por meio da abolição do uso do arado e das grades, é um modelo superado pelo processo de inovação tecnológica, como o de integração entre o plantio e a criação de bovinos.

O projeto de Integração Lavoura-Pecuária em Sistema de Plantio Direto, consiste em produzir grãos, fibras, madeiras, carne, leite e agroenergia numa mesma área, em rotação ou alternância, aproveitando-se a sinergia existente entre as diferentes culturas e a criação de gado.

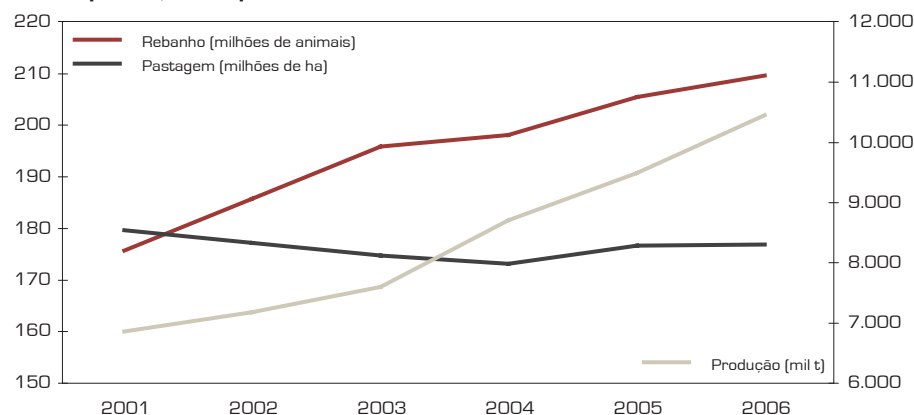
Essa atividade agropecuária consorciada reduz o desmatamento em regiões de fronteira agrícola, como o Centro-Oeste.

O MAPA e a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (Abeas) desenvolve um programa que busca a articulação entre as instituições envolvidas com integração lavoura-pecuária e plantio direto na Bahia, Distrito Fede-

Brasil: produtividade na pecuária de corte



Brasil: produção na pecuária de corte



ral, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Tocantins para formação de comitês estaduais e de associação de produtores. Também está voltado à capacitação, assessoramento e divulgação desse sistema de produção.

Quando se tomam os números da pecuária de corte de 2001 e 2006, eles impressionam em pelo menos dois aspectos. O primeiro é de que a rebanho cresceu 19,4%, enquanto a produção expandiu-se em 52,9%. O segundo está relacionado com a produtividade: a produção de carne por hectare de pastagem subiu 55,5% e a capacidade de apascentamento 21,4%. ■

Solos tropicais

O projeto de integração lavoura-pecuária é importante para a conservação dos solos tropicais, que são frágeis, embora produtivos. O clima nacional é extremamente severo e degrada muito rápido o solo. Dados da Fundação Mato Grosso do Sul mostram que a produção em pastagens reformadas chega a 25 arrobas de carne no primeiro ano, quinze no segundo e nove no terceiro.

Com capacidade de meia unidade animal por hectare, é possível reverter o processo de degradação dos solos dos cerrados. Esse índice pode ser multiplicado com a implantação da integração lavoura-pecuária, pois há aumento na produção e na renda do produtor, sem provocar desmatamento, com outras vantagens como:

- Melhoria da competitividade das cadeias de carne e lácteos;
- Recuperação da qualidade e da capacidade produtiva do solo;
- Redução da erosão do solo, do assoreamento e da contaminação de nascentes, rios e reservatórios de água;
- Diminuição da incidência de pragas, doenças, plantas daninhas e do uso de agrotóxicos e dos custos de produção.

Pecuária III

Febre Aftosa

A PRIMEIRA etapa da campanha nacional de vacinação contra febre aftosa, realizada em maio, superou as expectativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

De acordo com as informações do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan), foram imunizados 137 milhões de bovinos. Inicialmente, a previsão era de vacinar 120 milhões de animais.

Pelo calendário de vacinação do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa do Ministério da Agricultura, a segunda etapa da campanha ocorre em novembro. No total, deverão ser imunizados mais cerca de 126 milhões de bovinos e cerca de mais de 950 mil bubalinos.

O orçamento para o programa de erradicação da doença em 2007, de acordo com a Lei nº 11.451, é de R\$ 41,5 mi-

lhões. Além desses recursos definidos, o MAPA prevê R\$ 80 milhões adicionais a serem aplicados na vigilância da fronteira seca do País.

Ainda relacionados ao combate à febre aftosa, o governo destinou R\$ 25 milhões ao MAPA, que somados a outros R\$ 20 milhões, já liberados para o Mato Grosso do Sul, totalizam R\$ 45 milhões. Deste valor, R\$ 19,5 milhões serão usados na indenização de criadores que tiveram ou venham a ter animais sacrificados. O restante será repassado a um convênio, firmado com o governo estadual, para investimentos em vigilância sanitária nas áreas de fronteira.

As indenizações aos pecuaristas, localizados numa faixa de fronteira terrestre de até 150 quilômetros, serão integralmente pagas pela União, desde que o produtor não seja responsável pela ocorrência da



doença em sua propriedade. A partir dessa distância, o ressarcimento pelo sacrifício de animais será rateado na proporção de 1/3 para o governo estadual e 2/3 para a União e, também, nesse caso, deve ser comprovada a não responsabilidade do produtor rural.

Status sanitário

Os países do Mercosul aprovaram um programa de combate à febre aftosa, cuja implementação levará de dois a três anos. A região possui 280 milhões de cabeças de gado e é responsável por 25% da produção mundial de carne bovina.

Por sua vez, Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai começam a operacionalizar medidas conjuntas de controle da febre aftosa na faixa de fronteira de 15 km determinada pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como zona de alta vigilância, que abrange a fronteira desde o Rio Grande do Sul até Rondônia.

A definição de um trabalho conjunto na fronteira com os países vizinhos é um passo importante para que o Brasil solicite à OIE a retomada da condição sanitária dos estados considerados livres de febre aftosa com vacinação.

É importante o Brasil estabelecer uma agenda no campo sanitário. Os pecuaristas têm um papel fundamental a cumprir. Será necessário se organizar em

Rebanhos vacinados na primeira fase

Estado	Rebanho	
	Bovinos	Bubalinos
Acre	2,4 milhões	1,8 mil
Amapá	76,9 mil	206,5 mil
Amazonas	1,3 milhão	111,5 mil
Distrito federal	110 mil	310,0
Goiás	20,2 milhões	30,8 mil
Maranhão	6,2 milhões	68,5 mil
Mato Grosso	10,5 milhões	-
Mato Grosso do Sul	22,4 milhões	10,8 mil
Minas Gerais	12 milhões	38,9 mil
Pará	17,8 milhões	390 mil
Paraná	9,6 milhões	23,4 mil
Piauí	1,2 milhão	350,0
Rondônia	1,4 milhão	4,5 mil
São Paulo	12,5 milhões	42,2 mil
Sergipe	986 mil	900,0
Tocantins	7,6 milhões	12 mil

Fonte: MAPA

entidades e formar núcleos regionais. A vacinação deve ser cumprida de acordo com o plano do governo. A rastreabilidade e o profissionalismo das certificadoras são vitais para consolidar posição nos mercados atuais e abrir novas frentes externas.

Se a valorização do real diante do dólar compromete o resultado financeiro das exportações, a execução de

médias para satisfazer as exigências dos importadores devem ser cumpridas. A OIE volta visitar o País neste mês, para inspecionar os trabalhos sanitários desenvolvidos nos três municípios interditados em Mato Grosso, devido aos focos da febre aftosa: Japorã, Eldorado e Mundo Novo.

Desde outubro de 2005, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Tocantins tiveram o reconhecimento internacional suspenso, em função dos focos de febre aftosa ocorridos em Mato Grosso do Sul e no Paraná.

Em setembro próximo, durante a reunião do Comitê Científico da OIE, a expectativa é de solicitar a retomada do status sanitário desses estados como áreas livres de febre aftosa com vacinação.

Atualmente, a OIE reconhece os estados de Rondônia Acre, Rio Grande do Sul e, a partir de agora, o centro-sul do Pará, como áreas livres de febre aftosa com vacinação, além de Santa Catarina como zona livre sem vacinação. Os demais estados são considerados como áreas de risco desconhecido para febre aftosa. Existem estados como Maranhão e Pernambuco, por exemplo, em processo avançado para solicitar o reconhecimento internacional. ■

Santa Catarina é zona livre sem vacinação

A decisão da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) de reconhecer o estado de Santa Catarina como zona livre de febre aftosa sem vacinação pode significar a ampliação de mercados internacionais para a carne suína produzida no estado. A decisão favorável ao pleito brasileiro, anunciada na sede da OIE, em Paris (França), deve alavancar as exportações do estado, responsável por 26% da exportação brasileira do produto.

Apesar de ser o maior exportador de carnes do mundo, por causa de restrições sanitárias, o Brasil não tem acesso aos mercados que mais bem remuneraram os produtos.

De acordo com dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o preço da carne suína *in natura* vendida pelo Brasil, em 2006, correspondeu a apenas 62% do preço pago pelos mercados do Japão, Coréia

do Sul e Estados Unidos, que ainda não compram esse tipo de carne do Brasil.

Assim, a decisão da OIE pode abrir as portas de novos mercados e garantir renda mais elevada para os produtores brasileiros. Regiões do Uruguai e da Argentina, que também obtiveram da OIE título semelhante, já conseguiram entrar no mercado dos Estados Unidos, o segundo maior importador de carne suína do mundo, responsável por absorver 5% da produção mundial.

Já para se aproximar do mercado asiático, em que se destaca o Japão, comprador de 23% de toda carne suína exportada no mundo, é preciso investir num relacionamento de longo prazo. Na expectativa do reconhecimento da OIE, o MAPA promove, há dois anos, ações para que a carne de Santa Catarina fosse bem-recebida no mercado asiático, mesmo antes da obtenção do título de livre de aftosa sem vacinação.

Indenização distorce incentivos à vacinação

Paulo Augusto P. de Britto*

A Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento teve seu orçamento de 2007 diminuído para R\$ 127,4 milhões. Um corte de 52% em um orçamento para atender ações desde a manutenção de equipamento da rede federal de laboratórios até o combate e prevenção a doenças.

Área livre de febre aftosa é um exemplo de propriedade para ter livre uso. Em sua presença, o efeito de uma ação isolada é pequena. O resultado agregado é fenômeno conhecido como "A Tragédia dos Comuns", quando em 1833, o matemático William Foster Loyd expôs a dificuldade dos mercados em controlar a poluição.

O criador se beneficia da ausência da febre aftosa, mediante o acesso a mercados e melhores preços. Se um produtor não vacina seu rebanho, o incremento na probabilidade de focos será pequeno. Para um número grande de cabeças de gado não vacinadas, a probabilidade de surto da doença se torna muito alta. A questão é como incentivar os produtores a agir de forma a prevenir a ocorrência da doença?

A resposta passa por um órgão governamental capaz de agir e legislar sobre o tema, impor limites ao comportamento dos indivíduos e estabelecer punições para descumprimentos.

Ao governo cabe atuar na prevenção da doença e arcar com os custos, inclusive os de vacinação. A questão é quem financiaria

essas ações: os impostos arrecadados dos cidadãos ou uma taxa paga pelos pecuaristas? Independentemente do mecanismo de financiamento, as ações de comando e controle trazem considerações acerca da eficiência governamental.

No caso da regulação, o governo fixa padrões de comportamento para serem cumpridos pelos agentes privados. É traça normas e mecanismos para garantir seu cumprimento. Uma combinação de incentivos negativos (multas e punições) e positivos (premiações, seguros e ressarcimento).

No caso da aftosa, o governo federal optou pela regulação, mas sua execução é falha, como comprovam o retorno da aftosa ao País e o recente corte orçamentário na SDA. Existe uma fiscalização insuficiente aliada à não-previsibilidade de punição ao pecuarista que não vacina o rebanho. Com a ausência de incentivos negativos, os indivíduos apropriam-se dos benefícios de uma área livre de aftosa sem, contudo, arcarem com os custos. A fiscalização associada à punição induz o pecuarista a vacinar o rebanho.

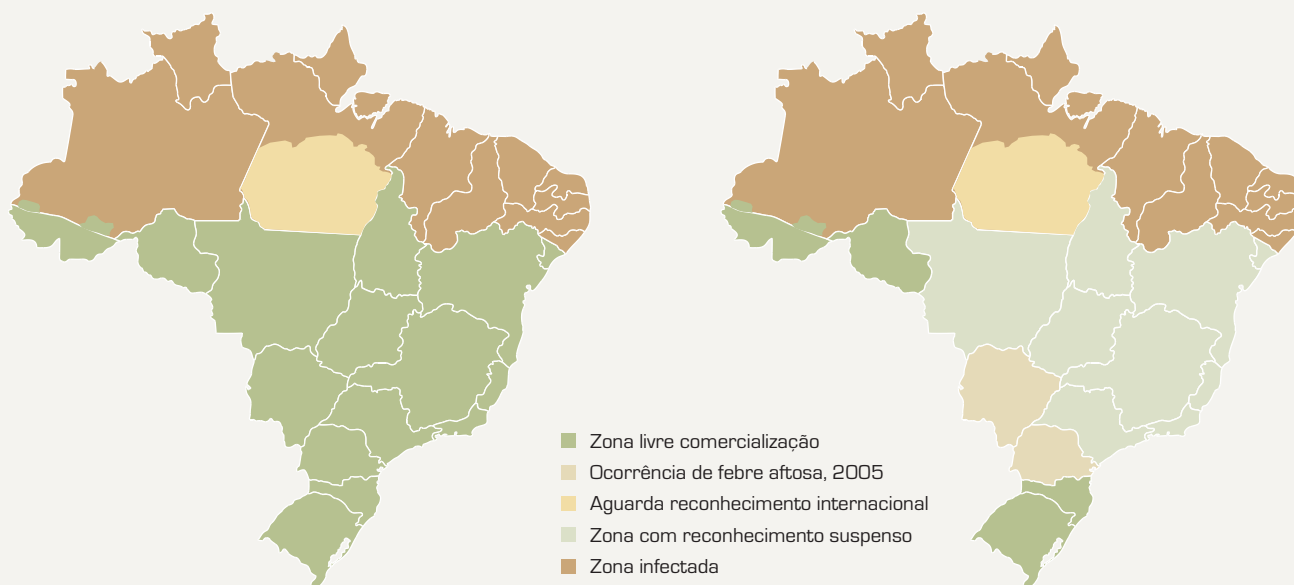
No esforço de controlar a disseminação da doença, as ações do governo incluem propaganda e indenizações aos pecuaristas que têm seus rebanhos sacrificados. Ambos os mecanismos possuem uma concepção equivocada. A propaganda é direcionada aos consumidores, e não aos produtores. A indenização integral distorce os incentivos à vacinação: o pecuarista tem receita garantida e deixa de correr riscos de prejuízos no caso de surto.

* Coordenador do curso de Gestão do Agronegócio da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador-líder do Grupo de Estudos do Sistema Agroindustrial (Gesa//UnB)

Cenários geográficos do reconhecimento internacional da zona livre com vacinação

a) Até setembro de 2005;

b) A partir de outubro de 2005, com a reintrodução do agente viral



Pecuária IV

Satisfazer
clientes

AUTORIDADES veterinárias russas receberam missão técnica do Ministério da Agricultura para discutir pendências sanitárias bilaterais. Foi o primeiro passo concreto para uma eventual eliminação total do embargo imposto ao produto nacional desde o surgimento de focos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul, em 2005.

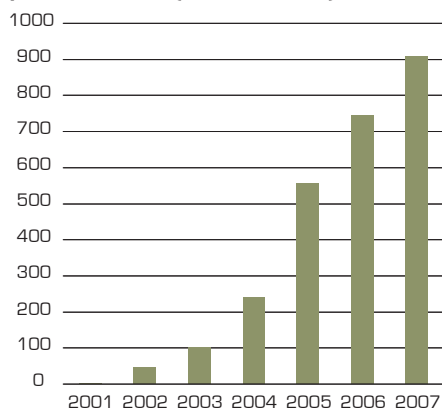
Um dos pedidos foi a liberação das exportações de carnes de todo o Brasil, sobretudo de Santa Catarina, reconhecida área livre de aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

O governo brasileiro mostrou a melhoria nos controles internos das indústrias exportadoras e nos procedimentos oficiais de auditoria dos frigoríficos, além do reforço no controle do trânsito de animais entre áreas livres e não-livres de febre aftosa. Os russos não aceitam o abate de gado de Mato Grosso do Sul e do Paraná em frigoríficos paulistas. Para evitar fraudes, a proposta é reiterar a decisão de utilizar papel-moeda na certificação dos produtos e o controle por meio eletrônico.

Como resultado do encontro, desde dia 1º de julho, está em vigor um acordo em que:

- O MAPA passará a ser responsável pela habilitação, suspensão e reabilitação de estabelecimentos autorizados a exportar carnes para a Rússia;
- Os veterinários russos realizarão apenas uma auditoria anual no sistema brasileiro de inspeção e defesa sanitária, como fazem a UE e os EUA;
- Os estabelecimentos desabilitados para exportação só poderão ser reabilitados na visita do ano seguinte;

Brasil: exportação de carnes para a Rússia (US\$ milhões)



Fonte: Secex

- Haverá o fim dos abates de animais de áreas não-habilitadas para a exportação em frigoríficos localizados em zonas habilitadas. Hoje, estão autorizados apenas produtos do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, Goiás e São Paulo.
- Cada peça embarcada terá de ser embalada no frigorífico;
- As cargas não podem ser reembaladas e processadas fora do frigorífico de abate;
- Haverá suspensão automática por seis meses de estabelecimentos com registros de tuberculose;
- Será criado um grupo de trabalho para reformar os termos do acordo bilateral de exportação, tais como a necessidade de suspensão de estados vizinhos a eventuais focos de febre aftosa.

Sem condições de produzir carne suficiente para alimentar sua população, as compras de carnes brasileiras pela Rússia

crescem a cada ano. O Brasil é considerado um dos maiores *shoppings* de carne mundo, com produto fresco e saudável. Desde 2005, o país voltou a comprar carne bovina e suína do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, além da carne bovina de São Paulo e Goiás. As aquisições variam de 800 mil toneladas a um milhão de toneladas por ano.

Nas entregas brasileiras são encontradas salmonelas na carne e detectados casos de fraudes (etiquetas com data de vencimento alterada, mercadorias de diferentes fontes são misturadas, produtos de abatedouros não-habilitados e certificados veterinários falsificados de produtos reexportados de outros países). Em maio, a Rússia suspendeu a compra de carnes de 16 frigoríficos sob alegação de fraude nos sistemas de certificação.

Os russos embargaram as carnes de Mato Grosso do Sul e do Paraná porque consideram esses estados com focos de aftosa “inerradicáveis”. Querem carne somente de fornecedores habilitados e de regiões aprovadas. A sugestão é que o governo brasileiro apresente relatório quinzenal dos remetentes, a origem e o número dos certificados veterinários dos embarques.

Quanto aos certificados forjados, as cargas de carnes exportadas para a Rússia serão acompanhadas da nova versão do Certificado Sanitário Internacional (CSI) emitido pelo MAPA. O novo documento passará a ser impresso em papel especial, fabricado pela Casa da Moeda do Brasil, com 12 itens de segurança. O novo certificado será estendido ao mercado europeu e, gradativamente, substituirá o antigo documento emitido para os mais de 150 países importadores de carnes brasileiras. Por ano, são emitidos, em média, 200 mil certificados. A medida atende a solicitação do Serviço Federal Russo de Inspeção Veterinária e Fitossanitário.

A falsificação de CSIs prejudica muito a imagem dos produtos brasileiros no exterior. Em média, ocorrem 700 pedidos de confirmação de autenticidade dos certificados ao ano. ■

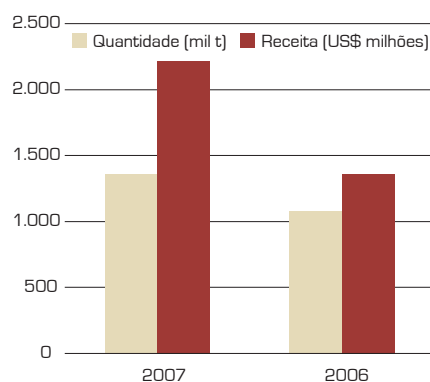
Pecuária V

Valor agregado

O BRASIL sofisticou a sua comercialização de carne bovina no exterior, com maior participação nos mercados e oferta de produtos com maior valor agregado. Com isso, os números apurados neste ano revelam um avanço de significativo em quantidade e valor.

O resultado surpreende a própria Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). A previsão inicial era de uma expansão nas vendas externas em 2007 de 15% na quantidade e de 25% no valor. No primeiro semestre os embarques cresceram bem acima desses números.

Brasil: exportação de carne bovina (janeiro e junho)



Fonte: Secex

Exportações de carne bovina em 2006 (toneladas)

Brasil	1,965 milhão
Austrália	1,495 milhão
Índia	800 mil
Estados Unidos	680 mil
Nova Zelândia	570 mil
Uruguai	520 mil

Fonte: SAA

O portfólio de produtos ofertados muda de perfil: perde a característica de carne *commodity* para a incorporação de cortes nobres. Nichos importantes são ocupados em países com população de maior valor aquisitivo, como os da Europa. O volume exportado para a Itália dobrou. A qualidade da carne brasileira é promovida com degustações e churrascos na Jordânia, no Marrocos, na Alemanha e Rússia. Além disso, as entregas chegam cada vez perto dos elos de distribuição final e reduz a intermediação do processo, com maiores ganhos.

Esse desempenho cria resistência entre os concorrentes. Os relatórios da União Europeia sobre a carne brasileira ficam cada vez mais exigentes. O grupo Fairness for Farmers in Europe, formado por 12 associações da Grã-Bretanha e Irlanda, pressiona fortemente a Comissão de Saúde e Proteção do bloco. Outra alegação é de que UE não proíbe a carne brasileira como ocorre nos EUA, no Japão, na Austrália e Coreia do Sul. ■

Pecuária VI

Restrição à exportação

AS RESTRIÇÕES para as exportações argentinas de carne bovina foram prorrogadas até o dia 31 de dezembro. De acordo com a resolução publicada no *Diário Oficial*, a Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário (Oncca) “estendeu a cota exportável fixada no equivalente a 50% da média mensal do volume exportado em 2005”. Isso significa que o país pode exportar por ano em torno de 500 mil toneladas de carne bovina.

Antes das barreiras, a Argentina exportava pouco mais de um milhão de toneladas anuais. A medida visa a dar continuidade ao compromisso do governo nacional com uma política destinada a manter a estabilidade de preços.

A Argentina já caiu do quarto para o sétimo lugar no *ranking* mundial de exporta-

dores de carne bovina, atrás do Brasil e da Austrália. Pelo segundo ano consecutivo o país perde o posto por causa das restrições impostas pelo governo de Néstor Kirchner às exportações de carne. Em 2005, a Argentina ocupava o terceiro lugar nesse *ranking*. Com as barreiras que privilegiaram o mercado interno, a queda foi vertiginosa.

Em abril passado, as exportações argentinas de carne bovina voltaram a ser proibidas pelo governo para conter os preços internos. O produto tinha sido liberado no final do ano passado, mas com a pressão dos preços sobre a inflação, o governo decidiu colocar barreiras novamente. Apenas 22 mil toneladas do produto foram embarcadas, uma queda de 10% em comparação a abril do ano passado. O volume máximo permitido para as exportações mensais é de 40 mil toneladas. ■

Pecuária VII

Acordo no Cade

OS PRODUTORES entraram com processo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 2005, com a acusação de um grupo de 11 frigoríficos adotarem uma tabela única de preços para aquisição de boi, o que caracterizaria formação de cartel. Desde então, o processo corre no órgão federal.

Com a lei recente que autoriza o Cade a fazer acordos entre as partes, o ambiente fica mais propício para os frigoríficos e pecuaristas fazerem o chamado ajuste de conduta.

Além de um consenso entre as empresas frigoríficas, já está em elaboração na CNA e nas federações estaduais de agricultura um estudo sobre outros temas que comporiam uma lista de reivindicações que também seriam postas na mesa para negociar com os frigoríficos. Entre os pleitos estariam a padronização e a unificação nacional do sistema de comercialização de animais. ■

Safrá 2007/08

Cenário favorável

A **AGROANALYSIS** faz uma análise especial do impacto do Plano Agrícola e Pecuário para Safrá 2007/08, anunciado em boa hora pelo governo federal. O ponto mais crítico é, sem dúvida, a desvalorização do dólar diante do real. Sem perspectiva de mudança no horizonte de curto prazo, o câmbio é alvo de toda atenção. Os preços das *commodities* precisam continuar em alta para compensar essa situação e o governo em tempo hábil deve desonerar os custos tributários nas cadeias produtivas.

Por sua vez, as dívidas do setor continuam elevadas e não há liquidez para saldá-las. Renegociações serão necessárias nos próximos anos. A redução dos juros é uma boa notícia, pois representa uma queda de 22,9% sobre o custo financeiro dos produtores. Mas, a disponibilidade de recursos controlados atenderá somente a um quarto do orçamento da safrá. Inicialmente, a área de produção solicitava R\$ 90 bilhões.

A infraestrutura para melhorar a competitividade dos produtores de grãos, principalmente do Centro-Oeste, é uma questão estratégica a ser perseguida a curto, médio e longo prazos. A logística subtrai a renda do agricultor. As lideranças do agronegócio devem pressionar o governo para priorizar os locais com os maiores gargalos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O balanço de prós e contras o ambiente em torno da agricultura para o plantio da próxima safrá de verão aponta para um saldo positivo. Os efeitos da quebra de renda nas safras 2004/05 e 2005/06 não estão superados. O resultado projetado para a renda agrícola nas 20 principais lavouras é de recuperação, porém sem alcançar os níveis de 2003 e 2004.

De fato, o aumento da estimativa para a colheita brasileira de grãos em 2007, a confirmação de uma safrá recorde de cana-de-açúcar e o aumento dos preços de alguns produtos, sobretudo a soja, le-

varam o MAPA a ajustar para cima suas previsões da renda agrícola nos primeiros cinco meses do ano.

A mais recente projeção, realizada com dados disponíveis até maio e com valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV, aponta para uma receita conjunta de R\$ 114,5 bilhões, 13,8% superior ao resultado do ano passado (R\$ 100,6 bilhões).

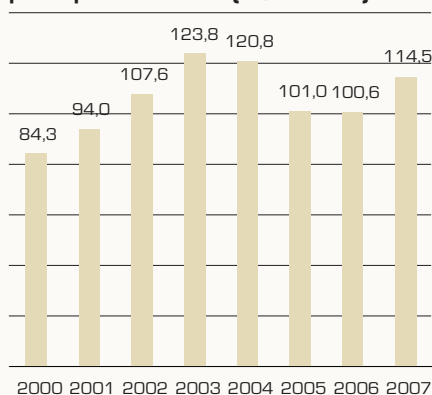
As cinco lavouras com maior renda – soja, cana, milho, laranja e banana, nesta ordem, representam 68,9% do total estimado. Em 2003, quando a renda agrícola das 20 principais lavouras do Brasil bateu seu recorde histórico (R\$ 123,8 bilhões), a fatia das cinco maiores foi idêntica (68,9%), sendo que só a soja representou 31,5%.

Na divisão regional da receita, o Sudeste respondeu por 42,1% do valor consolidado. Em seguida vêm as regiões Sul (33,1%) e Centro-Oeste (23,3%). Depois aparecem Nordeste (14,8%) e Norte (5,6%).

As explicações variam entre as regiões. No Sudeste, a renda disparou em virtude do avanço dos canaviais; no Sul e no Centro-Oeste, é a recuperação dos grãos, o principal alicerce da receita. Mas, sobretudo para o Centro-Oeste, a renda não é sinônima de rentabilidade, por conta:

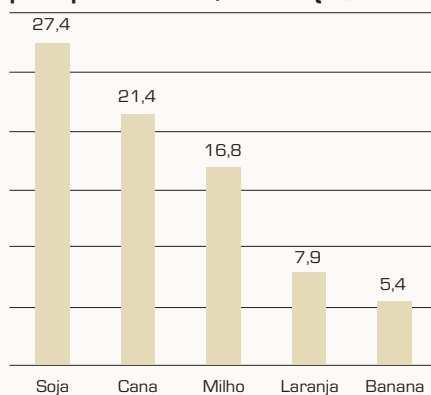
- Das altas dos fertilizantes;
- Dos custos de transporte;
- Da valorização do câmbio;
- Elevado endividamento de muitos produtores.

Brasil: renda agrícola das vinte principais lavouras (R\$ bilhões)



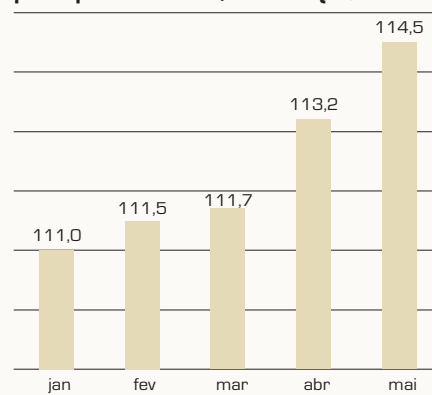
Fonte: MAPA

Brasil: renda agrícola das cinco principais lavouras, 2007* (R\$ bilhões)



*Previsão. Fonte: MAPA

Brasil: renda agrícola das vinte principais lavouras, 2007* (R\$ bilhões)



*Previsão. Fonte: MAPA

Com as margens apertadas, em especial nas plantações mais remotas ou menos eficientes do Mato Grosso, as previsões de aumento da área plantada na próxima safra 2007/08 ficam prejudicadas. Desanimados com os preços e o fraco resultado econômico da comercialização, os agricultores reduziram a área semeada nas últimas duas temporadas.

A estimativa de recorde na safra 2006/07 deve ser acompanhada de uma série de medidas para não frustrar a renda do campo. Os mecanismos de garantia de preços mínimos necessitam ser acionados, em operações como o Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Peppo).

De qualquer forma, prevalece o cenário de aumento de área, principalmente por causa da soja, com aumento de preços no mercado internacional. A febre do etanol aumenta a demanda por milho e reduz a área plantada com a oleaginosa. Não será surpresa a produção brasileira ficar bem próxima da americana na safra 2007/08.

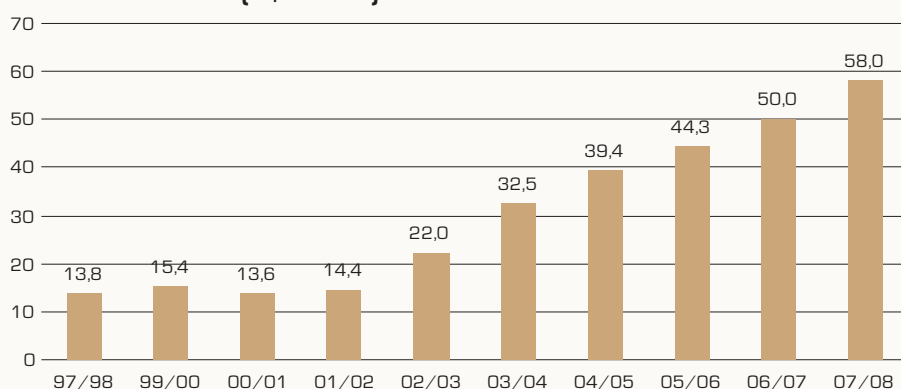
Plano Agrícola

Mais crédito com juros mais baixos

O PRESIDENTE da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, lançaram, em 28 de junho último, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), cujas principais definições foram a redução de juros e o aumento do volume de crédito para investimento, custeio e comercialização da safra 2007/2008.

Crédito – O valor do crédito rural destinado à agricultura é de R\$ 58 bilhões, um acréscimo de 16% em relação à safra anterior. Deste valor, R\$ 49,1 bilhões são para custeio e comercialização e R\$ 8,9 bilhões são para os programas de investimento.

Brasil: crédito rural (R\$ bilhões)*



* Sem Pronaf. Fonte: MAPA

Brasil: crédito rural (R\$ bilhão)

Fontes de recursos	2006/07	2007/08	Variação %
1. Custeio e comercialização	41,4	49,1	18,6
2. Juros controlados	30,1	36,5	21,3
2.1. Recursos obrigatórios	20,4	30,0	47,1
2.2. Poupança rural	8,0	2,5	-68,8
2.3. Proger rural	0,7	2,2	214,3
2.4. Funcafé	1,0	1,8	80,0
3. Juros livres	11,3	12,7	12,4
4. Investimento	8,6	8,9	3,5
5. Moderfrota	3,0	3,0	0
6. Fundos constitucionais	2,2	2,5	13,6
Total geral	50,0	58,0	16,0

Limites de financiamento

	Safra 2007/08	Safra 2006/07
Lavouras irrigadas de arroz, feijão, mandioca, sorgo ou trigo e milho	R\$ 450 mil	R\$ 400 mil
Pecuária bovina e bubalina, leiteira ou de corte	R\$ 150 mil	R\$ 140 mil
Avicultura e suinocultura	R\$ 150 mil	R\$ 120 mil
Investimentos, demais custeios e comercialização	R\$ 100 mil	R\$ 80 mil

Enquadramento no programa de geração de emprego e renda rural: Progerural

Item	Safra 2007/08	Safra 2006/07
Renda bruta anual	R\$ 220 mil	R\$ 100 mil
Limite de crédito por beneficiário*	R\$ 100 mil	R\$ 48 mil

Títulos privados criados pela Lei 11.076/04 (dez 2004 a mai 2007)

Títulos	Movimento
Certificados de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário (CDA-WA) **	R\$ 4,5 bilhões
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) ***	R\$ 1,55 bilhão
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ***	R\$ 746 milhões

* custeio e investimento. ** emitidos simultaneamente e lastreados em mercadorias depositadas em armazéns, movimentou
*** lastreados em recebíveis, com vencimento futuro. Fonte: MAPA

Juros – A taxa anual de juros controlada, em vigor desde julho de 1998, foi reduzida de 8,75 para 6,75%. Isso representa uma diminuição de 22,9% nos custos destes financiamentos para o produtor rural. O total de recursos com taxas de juros controladas será de R\$ 36,45 bilhões, um acréscimo de 21% em relação ao programado para a safra anterior.

Financiamentos – Foram ampliados os limites de financiamento de custeio, investimento e Empréstimos do Governo Federal (EGF).

Investimento – Os programas de financiamento coordenados pelo Ministério da Agricultura, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contarão com um total de R\$ 8,9 bilhões, ante R\$ 8,6 bilhões na safra 2006/2007.

O número de programas de investimento com recursos do BNDES caiu de oito para seis, sendo que o Moderagro, Proderagro e Prodefruta foram consolidados num único programa, denominado Moderagro II, de forma a aprimorar sua operacionalização.

O limite de crédito por operação no Moderagro II será de R\$ 600 mil. Os demais programas de investimento são: Moderinfra, Prodecoop, Propflora, Moderfrota, Prolapex, Proger-Investimento e Finame Agrícola Especial.

Proger Rural – Para fortalecer a média agricultura, o governo também baixou a taxa de juros do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) de 8% para 6,25% ao ano. Além disso, o volume de recursos foi ampliado de R\$ 700 milhões na safra anterior para R\$ 2,2 bilhões.

Comercialização – O governo fará leis de equalização de preços, antes do plantio, de modo a garantir aos produtores a comercialização de suas safras em 2008, a preços estabelecidos com base em estimativas do custo variável.

Preços Mínimos – Para produtos amparados por Aquisições do Governo Federal (AGF) e EGF, o PAP 2007/2008 contempla aumento dos preços mínimos vigentes, em nível regional e nacional, para diversos produtos.

Títulos Privados – Os instrumentos são estratégicos para o fortalecimento do sistema privado de financiamento do agronegócio. As operações realizadas com os três principais títulos privados de crédito já movimentaram um valor estimado em R\$ 6,7 bilhões.

Seguro Rural e Fundo de Catástrofe – O governo aumentou as subvenções ao prêmio do seguro rural, de R\$ 31,1 milhões em 2006 para R\$ 100 milhões em 2007. O objetivo é ampliar a abrangência do sistema brasileiro de seguro rural, atualmente da ordem de 2,4% da área plantada.

Dificuldades estruturais relacionadas com o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e o monopólio do mercado de resseguros, recentemente eliminado, aliado à falta de tradição do produtor em contratar o seguro, são alguns dos entraves para a “fragilidade” do sistema.

Infra-estrutura – Criação de um Grupo de Trabalho para propor decisões referentes a infra-estrutura e logística, com o objetivo de fortalecer a participação da agricultura no Plano de Aceleração do Crescimento.

Prioridades

Agenda de trabalho do governo

COM O plano de envolver a classe política, sindicatos, associações, cooperativas e produtores, o MAPA traçou os seguintes pontos prioritários para o agronegócio brasileiro ser competitivo dentro e fora da porteira:

1. Defesa sanitária animal e vegetal:

O Brasil perde exportações por falta de um bom controle sanitário, seja na febre aftosa, na brucelose ou na tuberculose, que afetam os rebanhos. Na área vege-

tal, a ferrugem asiática da soja gerou um prejuízo de R\$ 2,19 bilhões na última safra. Há outros exemplos, como o bico-do-algodão, a peste suína africana, a vassoura-de-bruxa no cacau e a sigatoka negra – que afeta a produção de banana.

2. Formação do Fundo de Catástrofe

No momento em que as seguradoras iriam entrar no mercado do seguro rural houve duas frustrações de safras (2004/2005 e 2005/2006). Naquela ocasião, as seguradoras se retraíram. É fundamental criar um mercado que opere tranqüilo e com recursos financeiros garantidos

Será encaminhado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que substitui o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural por um Fundo de Catástrofe. O texto prevê suporte financeiro por meio de subvenção econômica anual do Ministério da Agricultura e garantia da União por meio de títulos do Tesouro Nacional a serem depositados em instituição financeira federal.

3. Investimento em Infra-estrutura e logística

Corrigir a “fragilidade” do Centro-Oeste, onde se localiza a maior produção de grãos e carnes, com investimentos nas rodovias, hidrovias, ferrovias e nos portos, além de uma reforma no sistema de serviços de cabotagem. Existem casos em que o custo de transportes dos estados do Sul para o Nordeste é maior do que o do Brasil para a China.

4. Negociações internacionais

Os países competidores do Brasil impõem restrições que vão desde taxas e sobretaxas até barreiras sanitárias. É preciso continuar o trabalho na Organização Mundial do Comércio no sentido de reduzir as tarifas de proteção, estimadas de 15% a 65% na China; de 30% a 270% na União Européia; de 12% a 350% nos Estados Unidos; e de 40% a 182% na Índia, entre outras.

5. Endividamento agrícola

As adversidades climáticas, impactos dos planos econômicos, mercado interna-

cional e taxa cambial com o real valorizado são as principais causas da falta de capacidade do produtor para quitar seus débitos. A solução está em encontrar um mecanismo de equilíbrio tecnicamente viável, financeiramente suportável e socialmente justo. Apesar do cenário desfavorável, mais de 90% dos produtores que contraíram dívidas para custeio na última safra estão em dia.

6. Bionergia

Acompanhar a expansão da cana-de-açúcar e das oleaginosas que são utilizadas para a fabricação de biocombustíveis, com o estabelecimento do zoneamento e de critérios sócio ambientais. A estimativa é de que a demanda pelos biocombustíveis leve o Brasil a utilizar uma área adicional de até 10 milhões de hectares na próxima década. Atualmente, a área utilizada para a agricultura e a pecuária abrange 300 milhões de hectares.

7. Taxa de juros ao crédito rural

Há quase dez anos, o governo fixou os juros para o setor em 8,75%. Para a safra 2007/2008 o percentual caiu para 6,75%. Com a inflação mais baixa, a taxa Selic (taxa básica de juros) e a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) foram reduzidas. Esse processo deve ser mantido.

8. Insumos agrícolas

Na área de defensivos agrícolas, a Casa Civil coordenou um grupo de trabalho que revisou o decreto que envolvia produção, comercialização e uso dos produtos. O resultado foi uma redução, em média, de 15% nos preços na safra 2006/2007 em relação à safra anterior.

Já no setor de fertilizantes, a produção do agronegócio brasileiro ficará cada vez mais dependente da importação. A demanda nacional é de 22 milhões de toneladas para uma produção interna de 9 milhões de toneladas. Projeções indicam que, em 2015, a demanda será de 30 milhões e, mantida a capacidade instalada da indústria, o país terá que importar mais 20 milhões de toneladas. Isso é um fator crítico para ser analisado por um grupo de trabalho.

Dívida I

Proposta para a renegociação

O GOVERNO criou um grupo de trabalho interministerial composto por representantes dos Ministérios do MAPA e da Fazenda, parlamentares e assessores, com o objetivo de propor medidas que contribuam para equacionar o endividamento agrícola e não prejudicar a contratação de novos financiamentos para a próxima safra.

Os critérios para renegociação serão diferentes por região e por produto. O custo de escoamento da produção do Centro-Oeste é muito maior que em outras regiões do País. A expectativa é de que em quatro ou cinco anos seja criada uma política anticíclica para solucionar o problema do endividamento.

Com dificuldades para pagar as dívidas oriundas da crise provocada após a seca em 2004 e 2005 e pela desvalorização do dólar, os produtores esperam uma resolução definitiva para a questão do endividamento rural. A expectativa dos produtores era discutir a prorrogação das dívidas de custeio e investimento das safras anteriores que vencem neste ano.

Custo dos subsídios e das dívidas agrícolas

Operação	R\$ milhões
1.Subsídios	
Equalização de custeio	2.119,66
Equalização de investimento	1.620,99
Política de preços agrícolas	4.833,27
Pronaf	5.954,38
Pesa	1.931,56
Sub-total [1]	16.459,86
2.Dívidas	
Cacau	4,01
Securitização	8.501,45
Fundo da terra	1.763,73
Fundo Nacional de Desenvolvimento	32,32
Sub-total [2]	10.301,51
Total	26.761,37

Fonte: Tesouro Nacional

Proposta do Ministério

A proposta apresentada pelo Ministério da Fazenda inclui as operações da safra 2007/08:

- Com prorrogação da dívida de custeio, estimada em R\$ 1,4 bilhão, para 12 meses após o vencimento do contrato;
- No caso dos financiamentos para investimento, pagamento de 30% dos débitos neste ano e os 70% restantes pagos um ano após o vencimento dos contratos.

Para as dívidas de aquisição de máquinas (Moderfrota e Finame Agrícola Especial), o governo ofereceu 20% para a rolagem, para os seguintes produtos: Algodão de GO, BA, MT e MS; Soja do DF, GO, MT, MS, BA, MA e PI; milho de MT, GO, MS e BA e arroz do RS, SC e MT.

Para os outros programas (Pronaf Investimento, Moderinfra, Moderagro, Prodeagro, Prodefrutas, Prolappec e PropFlora), ofereceu a prorrogação de 70% para os produtores dos mesmos estados e mesmas culturas e de 30% para os demais.

O governo manteve o bônus por adimplência de 15% sobre a parcela de 2007, o que resultaria num desconto de 3% sobre o saldo devedor. Quem não pagasse em 2007, não teria esse bônus.

Do estoque de dívidas do setor agropecuário brasileiro, de R\$ 139,9 bilhões, o Banco do Brasil detém R\$ 44,5 bilhões, os bancos ligados à Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) têm R\$ 40,2 bilhões e há ainda a parcela transferida para a dívida ativa no Tesouro Nacional.

Dívida II

Composição do valor de R\$ 38,4 bilhões

A RENEGOCIAÇÃO das dívidas agrícolas envolve a rolagem de R\$ 38,4 bilhões em débitos com vencimento neste ano ou já repactuados a partir de 1995.

Dessa quantia, R\$ 20,5 bilhões correspondem a dívidas de custeio, comercialização e investimento prorrogadas desde a safra 2003/04, que vencem a partir deste mês de julho. Há ainda R\$ 5,2 bilhões de programas de investimento com vencimento neste ano.

As rolagens de dívidas de custeio e investimento implicaram num custo estimado em R\$ 10 bilhões ao Tesouro ao longo de dez anos. Antes, o setor foi brindado com um alongamento de 24 anos para dívidas de até R\$ 200 mil, no Programa de Securitização, de 1995, e de 20 anos para débitos acima desse teto, no Programa Especial de Saneamento de Ativo, em 1998.

Os ruralistas exigem uma medida sistêmica de longo prazo como a criação de um programa de parcelamentos de débitos. A adoção de um "Refis Agrícola", semelhante ao programa lançado em 2000, para refinar dívidas fiscais com a União, rolaria débitos de produtores no longo prazo. O Refis previu máximo de 15 anos —, com um recálculo das dívidas, juros baixos (TJLP), sem necessidades de garantias reais adicionais e parcelamento dos débitos com um percentual máximo de comprometimento da renda bruta, além da suspensão das execuções judiciais por inadimplência pelo governo.

Em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, dirigentes dos bancos privados e do Banco do Brasil mostraram um cenário das dívidas rurais. O BB detém um estoque de R\$ 44,5 bilhões e os bancos ligados à Febraban, outros R\$ 40,2 bilhões.

traíram dívidas para investimento e para custeio agrícola de safras anteriores a de 2006/2007 pagarem seus débitos.

A prorrogação é fruto de um trabalho com técnicos dos dois ministérios e representantes das comissões de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O prazo para quitar dívidas envolvendo operações de investimento é 31 de agosto deste ano, para produtores adimplentes até 31 de dezembro de 2006. Já o custeio das safras 2004/05 e 2005/06, que já havia sido prorrogado antes e com vencimento em 2007, poderá ser repactuado para o ano seguinte, após a data da última parcela, desde que a situação do contratante seja analisada previamente.

Quem foi contemplado

A ampliação do prazo de vencimento das prestações de investimento para o amparo de recursos controlados do crédito rural, vencidas ou por vencer entre 2 de janeiro e 30 de agosto deste ano abrangem as operações: do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Finame Agrícola Especial, Recursos Obrigatórios e Poupança Rural, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Proger Rural e FAT Integrar Rural.

O alongamento das dívidas não provocará alteração contratual, devendo

ser mantidas em situação de normalidade até 31 de agosto. O alongamento das operações de custeio das safras 2004/05 e 2005/06, inclusive as prorrogadas por intermédio do Pronaf, a critério da instituição financeira e mediante análise caso a caso, obedecerá estes procedimentos:

1) As prestações vencidas e não pagas ou com vencimento até 31 de julho deste ano serão apuradas e mantidas nas condições de normalidade até esta data. Será permitida a concessão para pagamento de 100% do valor devido para até um ano após o vencimento da última prestação constante do atual cronograma de retorno dessas operações, mantidos os encargos pactuados para situação de normalidade.

Os produtores rurais e as cooperativas contam também com uma linha de crédito específica para liquidar as dívidas contraídas com fornecedores de insumos agropecuários durante as safras 2004/2005 e 2005/2006. A medida provisória que institui a operação, denominada **Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA)** foi publicada no Diário Oficial de 23 de maio último.

A linha contará com R\$ 2,2 bilhões e terá como fonte de recursos as exigibilidades de aplicação em crédito rural, oriundas dos depósitos à vista e da poupança rural.

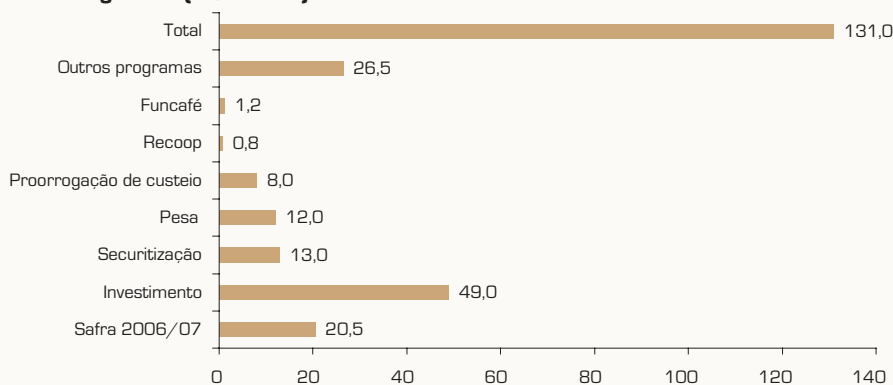
O limite financiável é de até 100% do valor das dívidas, que serão renegociadas em quatro anos, com carência de dois anos. Ou seja, pagamento a partir de maio de 2009, com vencimentos anu-

Dívida III

Novos prazos para pagamento

EM 14 de junho último, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou novo prazo para os produtores que con-

Dívida agrícola (R\$ bilhão)



Fonte: Tesouro Nacional

ais até 2012. Os encargos financeiros são a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescidas de 5% ao ano.

Como o pagamento será feito em quatro vezes, as garantias comprometidas pelos produtores corresponderão a apenas 25% do total devido, envolvendo apenas a parcela do ano. Isso significa que o produtor terá maior disponibilidade de garantias para assumir outros compromissos e mais tranquilidade para continuar desenvolvendo suas atividades produtivas.

Para concessão do financiamento, os bancos poderão constituir um fundo de liquidez, que dará garantia aos financiamentos contratados. Esse fundo será composto com os seguintes recursos: os produtores entram com uma taxa de adesão de 10% do total de suas dívidas e os fornecedores de insumos com 20% do valor atualizado do crédito. O Tesouro Nacional também participará como agente garantidor, até o limite de 15% do valor total dos financiamentos contratados, caso a inadimplência exceda os recursos do fundo. O risco remanescente será assumido por investidores, que serão remunerados por isso.

A edição da MP atende aos vários elos do agronegócio. Em primeiro lugar ao produtor rural que não conseguiu renegociar suas dívidas com os fornecedores devido à indisponibilidade de garantias reais, que já estavam comprometidas com instituições financeiras. De outro lado, é positiva para os próprios fabricantes e revendas, que também estavam demandando maior liquidez de seus ativos. Por fim, a MP será uma aliada dos bancos que operam o crédito rural mas não podem assumir, integralmente, um maior risco com o setor agropecuário.

A medida beneficia especialmente os produtores de milho, soja e algodão, que tiveram redução de renda nas safras 2004/2005 e 2005/2006, em função de problemas climáticos, de doenças nas lavouras e de preços, além daqueles decorrentes do câmbio. Estes últimos foram provocados pela valorização do real ocorrida entre o período de pré-plantio (custos) e o de comercialização da safra (receita).

Apoio à comercialização de milho

O governo federal vai apoiar a comercialização de milho nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e na região de Barreiras (BA). Para isso, destinará R\$ 350 milhões a serem utilizados em operações de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro). O valor é suficiente para movimentar 4,7 milhões de toneladas de milho. Até o início de setembro, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizará seis leilões de PEP e seis de Pepro.

A intenção é sustentar os preços do produto em função do excesso de oferta. A produção da safra é de 53,4 milhões de toneladas, para um consumo de 40 milhões. Com o aumento da oferta, há uma tendência de queda nos preços, que estão abaixo do mínimo estabelecido pelo governo federal nesses três estados e em Barreiras.

Em Mato Grosso, a saca do produto está sendo comercializada entre R\$ 8,50 e R\$ 9,00, ante um preço mínimo fixado em R\$ 11,00. Em Mato Grosso do Sul, Goiás e Barreiras o preço mínimo é de cerca de R\$ 14,00 e o produtor está recebendo R\$ 13,50.

O governo trabalha com a hipótese de sair do mercado caso haja uma recuperação dos preços pagos ao produtor. A probabilidade disso acontecer é irrisória. A entrada da safrinha de milho pressionará os preços de mercado para baixo. A produção será de 14,0 milhões de toneladas. Os embarques deverão ficar próximos de 7 milhões de toneladas, com a intensificação do fluxo no segundo semestre. No momento, a prioridade no primeiro semestre é enviar a soja.

Especulação com a soja

Carro chefe da produção nacional de grãos, a cultura já atrai todas as atenções dos analistas. O cenário de crescimento para a oleaginosa coloca na mesa a pergunta de quanto será o aumento da área de plantio? Os produtores ficarão reféns de cenários otimistas? Da queda ocorrida na área plantada, nas duas últimas temporadas, de 2,7 milhões de hectares, quanto retornará à produção?

Para o ciclo 2007/08, a previsão nos Estados Unidos é de uma produção de 74 milhões de toneladas em uma área plantada de 22,5 milhões de hectares. O momento é sensível. A reação do mercado é explosiva e instantânea diante de qualquer acidente climático. Isso dosará bastante a movimentação nos campos do Centro-Oeste brasileiro. Para o bushell do grão, romper a barreira de 90 centavos de dólar é uma tendência mais concreta que cair abaixo de 80 centavos de dólar.

Brasil: safra de grãos (mil toneladas)

Culturas	Safra			
	2005/06	2006/07 Maio *	2006/07 Junho *	2006/07 Julho *
Soja	53.414	57.551	58.020	58.040
Milho total	42.515	51.064	50.659	50.568
Feijão total	3.471	3.547	3.366	3.351
Arroz	11.722	11.269	11.405	11.506
Trigo	4.873	2.254	2.254	2.234
Algodão (pluma)	1.038	1.439	1.456	1.457
Outros	3.237	2.794	2.704	2.722

* Previsão. Fonte: Conab

Custos de produção

Alta dos fertilizantes preocupa

COM OS olhos dirigidos para o plantio da safra 2007/08, as grandes referências para a tomada de decisão são os cenários de mercado e as planilhas dos custos de produção.

Aparentemente, a situação deveria ser de euforia, principalmente nos produtos exportados, como o algodão, milho e soja, diante de seus preços internacionais. Porém, a valorização do real diante do dólar coloca os investimentos de muitas regiões sob condição sensível de risco. De um modo geral, o quadro de rentabilidade é mais positivo no Sul, com perda de força nas áreas mais distante dos estados do Oeste, onde uma intervenção do governo é vital, como já mencionado,

Sem perspectiva de mudança no câmbio e até sob uma perspectiva remota de acomodação das cotações em patamares menores que os atuais, o comportamento dos preços dos insumos é alvo de atenção dos produtores.

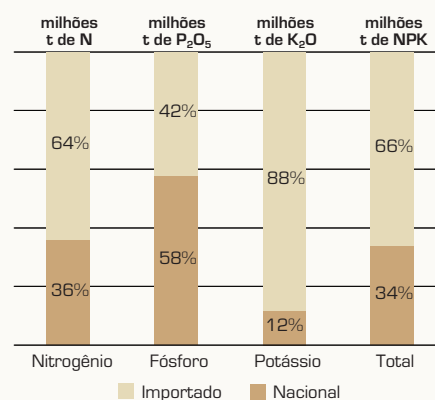
A evolução dos preços de fertilizantes assusta bastante. O crescimento estava fora das previsões da própria indústria. De longe, é a grande fonte de pressão nos custos de produção. Nas sementes, os preços ficaram aquém da inflação nos dois últimos anos. Nos defensivos o aumento foi módico, com raras exceções. Os combustíveis também estão dentro da previsibilidade dos preços.

Com essa situação, a relação do campo com as indústrias, em especial a de fertilizantes, fica tensa. O setor alega a subida dos preços das matérias primas importadas que, no total, representam dois terços da oferta nacional. O saldo mundial entre demanda e produção está bem apertado. Cerca de 80% do preço do produto correspondem às despesas com preço de aquisição no porto de embarque (FOB) e o frete.

Por sua vez, a cotação elevada do petróleo reflete sobre os fretes, os insumos e provoca a febre do etanol, com aumento não apenas nos preços das *commodities* mas, também, nas transferências de áreas e de produções agrícolas de alimentos para a produção de biocombustíveis. Nessa movimentação, o setor de fertilizantes sofre pressão de consumo e as suas cotações também sobem.

São poucos os *players* com atuação na oferta mundial de fosfato (cinco produtores de quatro países exportadores) e potássio (cinco produtores de cinco países exportadores). Um grau de concentração

Brasil: oferta de matéria prima para fertilizantes, 2006 (mil toneladas)



Fonte: Anda

Custo de produção por hectare

Produto/Local	Produtividade	Custo Variável		
		Maio/06	Maio/07	Variação %
Algodão				
Rondonópolis	220 @	4.260	4.635	8,8
Arroz Irrigado				
Cachoeira do Sul	120 sc 50 kg	1.886	2.033	7,8
Itaqui	130 sc 50 kg	1.960	2.234	14,0
Arroz de Sequeiro				
Sorriso	65 sc 60 kg	1.188	1.286	8,2
Milho				
Rio Verde	100 sc 60 kg	1.239	1.304	5,2
Soja				
Primavera do Leste	50 sc 60 kg	941	935	-0,6
Campo Mourão	45 sc 60 kg	872	863	-1,0

Fonte: Conab

Variação dos preços agrícolas, maio/05 a maio/06 (%)

Cultura	Fertilizantes	Defensivos
Algodão	26,1	2,0
Arroz irrigado	18,2	0,6
Arroz de sequeiro	12,4	4,3
Milho	18,4	3,2
Soja	33,8	6,6

Fonte: Conab

Mercado mundial: preços das matérias primas de fertilizantes (US\$/tonelada)

Matéria prima	Janeiro/2002	Junho/2006	Junho/2007
Sulfato de amônia	83	117	180
Uréia	123	243	230
Fosfato monoamônico - MAP	160	285	480
Fosfato super triplo	152	212	390
Cloreto de potássio	138	183	265

Fonte: Anda

forte de empresas. Na uréia a comercialização é via *traders*, é menos concentrada, porém com oferta restrita. Já no sulfato de amônio, o mercado é bem concentrado.

Na verdade, se a potencialidade brasileira é enorme para a produção de alimento, fibras e energia renovável, existem gargalos para serem analisados e desobstruídos. A questão da infraestrutura e logística do agronegócio é uma reivindicação antiga e amplamente alardeada. Agora, aparece o tema da disponibilidade de fertilizantes, um insumo crucial para enriquecer os solos nacionais, como os dos cerrados, normalmente com deficiência de nutrientes.

No Brasil, na parte de defensivos, nos últimos 3 anos:

- Os produtos genéricos assumiram e ampliaram a liderança no mercado nacional em volume (82%) e faturamento (54%);
- A participação no custo final de produção teve queda substancial;

Agricultura familiar R\$ 12 bilhões para o Pronaf

O MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário (MDA) nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), disponibilizará R\$ 12 bilhões na safra 2007/08 para cerca de 2,2 milhões de famílias, com uma série de medidas, como:

Ampliação dos limites de financiamento

A medida garantirá futuras lavouras com máximo potencial produtivo e com menor risco de perdas, caso ocorram proble-

Variação de preço de insumos e máquinas

Item	Maio/05 (1)	Maio/06 (2)	Maio/07 (3)	(3)/(1)	(3)/(2)
1. Semente Deslintada de Algodão (R\$/kg)					
Mato Grosso	5,10	3,50	4,25	-16,67%	21,43%
Paraná	7,18	4,00	5,20	-27,58%	30,00%
2. Semente Fiscalizada de Feijão (R\$/50 kg)					
Paraná	135,00	130,50	125,00	-7,41%	-4,21%
3. Semente de Milho Híbrido - Média tecnologia (R\$/60.000 sementes)					
Rio Grande do Sul	165,00	134,40	141,06	-14,51%	4,96%
Mato Grosso	150,00	128,00	110,00	-26,67%	-14,06%
Semente de Milho Híbrido - Alta tecnologia (R\$/60.000 sementes)					
Paraná	198,2	197,6	189,61	-4,24%	-4,04%
Mato Grosso	189,19	191,00	180,00	-4,86%	-5,76%
Semente Fiscalizada de Soja (R\$/50 kg)					
Mato Grosso	96,50	62,50	67,50	-30,05%	8,00%
Paraná	71,50	46,00	48,90	-31,61%	6,30%
Cloreto de Potássio (R\$/tonelada)					
Mato Grosso	790,00	725,00	750,25	-5,03%	3,48%
Paraná	796,00	642,20	733,51	-7,85%	14,22%
Sulfato de Amônia (R\$/tonelada)					
Paraná	684,61	465,97	611,51	-10,68%	31,23%
Mato Grosso	585,00	460,00	701,25	-19,87%	52,45%
Superfosfato Simples (R\$/tonelada)					
Mato Grosso	615,00	654,73	602,00	-2,11%	-8,05%
Paraná	533,96	421,94	552,83	3,53%	31,02%
Uréia (R\$/tonelada)					
Mato Grosso	961,00	1102,39	1118,00	16,34%	1,42%
Paraná	945,08	790,67	983,40	4,05%	24,38%
Aduto 00-20-20 (R\$/tonelada)					
Paraná	693,23	561,34	679,06	-2,04%	20,97%
Aduto 05-25-25 (R\$/tonelada)					
Paraná	812,00	794,32	885,88	9,10%	11,53%
Inseticida Dimilin (R\$/litro)					
Mato Grosso	160,00	87,50	85,00	-46,88%	-2,86%
Paraná	156,00	107,48	105,11	-32,62%	-2,21%
Inseticida Decis 50 CE (R\$/litro)					
Paraná	92,41	113,00	119,02	28,80%	5,33%
Fungicida Tecto 100 (R\$/litro)					
Mato Grosso	45,14	34,79	32,17	-28,73%	-28,01%
Paraná	46,25	59,00	33,00	-28,65%	-22,54%
Fungicida Derosal 500 SC (R\$/litro)					
Mato Grosso	52,50	45,27	32,59	-37,92%	-7,53%
Paraná	55,51	37,49	29,04	-47,69%	-44,07%
Fungicida Rhodiauram 700 (R\$/litro)					
Mato Grosso	28,00	28,56	29,17	4,18%	2,14%
Paraná	30,50	28,56	28,81	-5,54%	0,88%
Herbicida Pivot (R\$/litros)					
Mato Grosso	69,12	47,00	30,00	-56,60%	-36,17%
Paraná	58,82	34,44	32,80	-44,24%	-4,76%
Herbicida Roundup Original (R\$/5 litros)					
Mato Grosso	75,95	50,00	51,50	-32,10%	3,00%
Paraná	53,65	49,70	68,45	27,59%	37,73%
Óleo diesel (R\$/litro)					
Paraná	1,66	1,92	1,86	12,05%	-3,12%
Trator MF - 4x4 - 85 CV (R\$/unidade)					
Mato Grosso	88.548	91.021	77.000	-13,04%	-15,40%
Paraná	72.000	80.000	89.900	24,86%	12,38%
Trator MF - 292 - 4x4 - 105 CV (R\$/unidade)					
Mato Grosso	120.000	101.230	108.500	-9,58%	7,18%
Paraná	108.833	103.066	95.835	-11,94%	-7,02%
Automotriz MF - 3640 - 125 CV (R\$/unidade)					
Mato Grosso	323.000	368.290	257.082	-20,41%	-30,20%
Paraná	260.200	240.334	275.577	5,91%	14,66%

Fonte: Conab

mas climáticos como a seca, o excesso de chuvas ou outros eventos desfavoráveis.

Limites de financiamento

Grupo	Safra 2006/07	Safra 2007/08
A/C	R\$ 3.000,00	R\$ 3.500,00
C	R\$ 4.000,00	R\$ 5.000,00
D	R\$ 8.000,00	R\$ 10.000,00
E	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00

Fonte: MDA

Aumento dos limites de renda

A ampliação para enquadramento dos agricultores:

Limites de renda

Grupo	Safra 2006/07	Safra 2007/08
B	R\$ 3.000,00	R\$ 4.000,00
C	R\$ 16.000,00	R\$ 18.000,00
D	R\$ 45.000,00	R\$ 50.000,00
E	R\$ 80.000,00	R\$ 110.000,00

Fonte: MDA

Ampliação dos serviços de assistência técnica

O Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (Dater/SAF/MDA) apoiará as organizações governamentais e não-governamentais que estimulem a estruturação e a atuação em rede e potencializem os recursos disponíveis, ampliando a oferta de assistência técnica e extensão rural.

Serão ampliadas as parcerias com os governos estaduais e, ainda, aperfeiçoadas as relações com instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) não-estatais. As prioridades serão:

- Ampliar os serviços de Ater para os beneficiários do Pronaf;
- Qualificar o Grupo B e os créditos para investimento das demais linhas;

Os recursos dotados são de R\$ 168 milhões, para capacitar 20 mil técnicos das instituições parceiras, com o objetivo de divulgar do Plano Safra e organizar de arranjos produtivos nos estados e regiões.

Linha Pronaf ECO

Recursos para os Grupos C, D ou E investirem na implantação de tecnolo-

Taxas de juros menores

Grupo/modalidade	Juros		Índice de redução
	Safra 2006/07	Safra 2007/08	
Grupo A investimento	1,15%	0,5%	56%
Grupo B investimento	1%	0,5%	50%
Grupo C custeio	4%	3%	25%
Grupo C investimento	3%	2%	33%
Grupo D custeio	4%	3%	25%
Grupo D investimento	3%	2%	33%
Grupo E custeio e investimento	7,25%	5,5%	24%

Fonte: MDA

Produção recorde na safra 2006/07

A safra brasileira de grãos 2006/07 será de 130,5 milhões de toneladas, 6,5% superior ao registrado no ciclo anterior, de 122,5 milhões/t. O número faz parte da décima pesquisa realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O levantamento consolida os números dos principais produtos da safra de verão (soja, milho primeira safra, arroz) e totaliza 90% da safra colhida. Falta fazer futuramente pequenos ajustes na produção do algodão e milho safrinha (segunda safra).

O milho safrinha pode sofrer baixas em função do clima adverso, como estiagem e baixas temperaturas nas regiões produtoras. A colheita do algodão está em fase inicial nos principais estados produtores (MT, GO e BA).

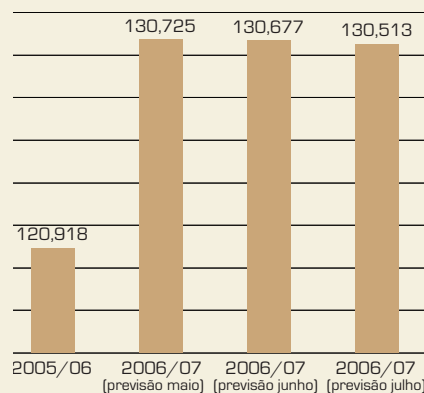
Apesar da retração na área cultivada de 3,9% (1,86 milhão de hectares), a produção foi impulsionada pelas boas condições climáticas durante o ciclo das culturas e pela incorporação de tecnologias agrícolas. A cultura mais atingida foi a soja, com área 9,3% menor (de 22,7 para 20,6 milhões de hectares). Em contrapartida, o milho safrinha teve a área ampliada em 32,7% (de 3,3 para 4,4 milhões de hectares).

Em relação à safra 2005/06, o crescimento mais significativo foi no milho total, com aumento de 18,9% (de 42,5 para 50,6 milhões de toneladas). Na soja houve incremento de 5,5% (55,0 para 58,0 milhões toneladas) e no algodão-carão 36% (de 1,7 para 2,3 milhões toneladas).

Por outro lado, ocorreu redução no arroz de 3,5% (de 11,7 para 11,3 milhões toneladas) e no feijão total de 3,5% (de 3,5 para 3,4 milhões/t), consequência do baixo preço do produto no mercado e da falta de chuvas nos meses de março e abril na Região Centro-Oeste.

Diante desse desempenho, não haverá problemas de abastecimento de grãos. A produção é suficiente para atender a demanda interna, com sobras para a exportação, principalmente, no caso da soja e do milho.

Brasil: produção de grãos (milhões toneladas)



Fonte: Conab

gias de energia renovável (energia solar, eólica, biomassa, miniusinas para biocombustíveis) e na substituição da tecnologia de combustível fóssil para renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas.

Também serão financiadas:

- Tecnologias ambientais (estação de tratamento de água, dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem);
- Armazenamento hídrico (como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição);
- Instalação e ligação de água ou ainda pequenos aproveitamentos hidroenergéticos.

A nova linha permite o financiamento para a produção madeireira e não-madeireira. A linha apresenta juros de 2% ao ano para famílias agricultoras dos Grupos C e D e de 5,5% ao ano para as do Grupo E, com até oito anos de carência. O prazo de pagamento pode chegar até oito anos, caso a atividade exija. Os limites de financiamento variarão conforme o grupo do e os recursos acessados de forma individual, coletiva ou em grupo.

Cadeias de combustíveis renováveis

Com o objetivo de inserir a agricultura familiar em um dos setores agrícolas mais importantes para o País, além de contribuir para a redução do nível de poluentes na atmosfera e o aquecimento global, serão destinados R\$ 10 milhões no setor de combustíveis renováveis, inclusive na cana-de-açúcar para a produção de etanol.

Financiamento das atividades florestais

A linha do Pronaf Floresta financiará o manejo florestal e o plano de manejo para serem aplicados na recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente, de reserva legal e na recuperação de áreas degradadas.

Mais crédito para diversificação

Os contratos para o custeio de duas ou mais atividades produtivas na mesma safra terão um adicional de recursos de 20% para aplicação em outras atividades geradoras de renda, com investimentos em artesanato, na produção de alimentos de consumo local, na criação de pequenos animais, no cultivo de plantas aromáticas e de uso medicinal etc.

Promoção da inclusão digital

Recursos para a aquisição de computadores e programas de informática, sempre que o projeto técnico demonstrar a necessidade, comprovar retorno financeiro e capacidade de pagamento.

Análise

Oportunidades e riscos da agricultura

Gervásio Castro de Rezende*
Ana Cecília Kreter**
Felipe Mosa***

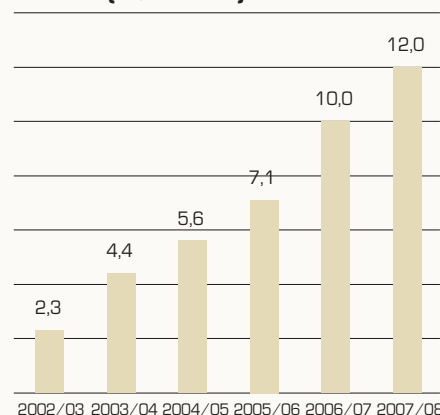
APÓS DOIS anos de frustrações de renda, tanto por razões climáticas quanto por preços desfavoráveis, o setor agrícola brasileiro está sendo beneficiado na safra 2006/07, devido a:

1. Elevações significativas dos preços internacionais de milho, soja e trigo, com a decisão dos Estados Unidos de ampliar a agricultura para fins energéticos.

2. Boas condições climáticas, que compensaram a redução na área plantada.

Já a conjuntura na cadeia sucroalcooleira não está igualmente positiva. A queda dos preços do açúcar e do álcool aumenta o risco associado à sua taxa de retorno. Como a imobilização de capital é alta, a questão é obviamente muito mais séria. A área de grãos

Brasil: recursos para agricultura familiar (R\$ bilhões)



Fonte: MDA

pode ajustar-se à crise, por meio de uma contração no seu nível de atividade para amortecer o impacto de uma eventual crise, como aconteceu no biênio 2005 e 2006.

Diante dessa situação, o governo deve promover ao máximo o financiamento privado à expansão do setor sucroalcooleiro, inclusive por meio do mercado de capitais nacional e internacional. Não é o caso de repetir a expansão à base de fundos públicos ocorrida na área de grãos, pois a experiência histórica brasileira mostra que, nesses casos, quando há eventos adversos, o Tesouro Nacional sempre arca com o prejuízo.

Os preços da soja, milho e trigo apresentaram uma alta surpreendente de setembro de 2006 a abril de 2007. Devidamente dessazonalizados, os preços reais desses produtos subiram 25%, 50% e 15%, respectivamente, no mercado interno. Externamente, o movimento foi mais forte, com uma subida de 57% no milho, 26% na soja e 14% no trigo. O impacto no mercado doméstico, obviamente, foi em parte neutralizado pela apreciação cambial, de 3,3% no período.

A elevação abrupta de preços, em condições de completa normalidade do ano agrícola americano 2006/2007, decorreu do anúncio do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, das novas metas da produção de etanol derivado do milho.

As indústrias de etanol nos Estados Unidos dobraram o volume de milho processado, de 27 milhões para 58 milhões de toneladas. Isso fez o preço do milho aumentar instantaneamente, com reflexo nos demais grãos, especialmente na soja e no trigo, que competem com o milho no uso de área.

Existe uma forte competição no uso de área entre o milho e a soja nos Estados Unidos. A área plantada com milho no atual ano agrícola americano cresceu 5 milhões de hectares, enquanto a área plantada com a soja diminuiu 3,4 milhões de hectares. O efeito sobre a quantidade produzida desses grãos será, no caso do milho, um acréscimo de 48,9 milhões de toneladas, enquanto a produção de soja cairá 12 milhões de toneladas.

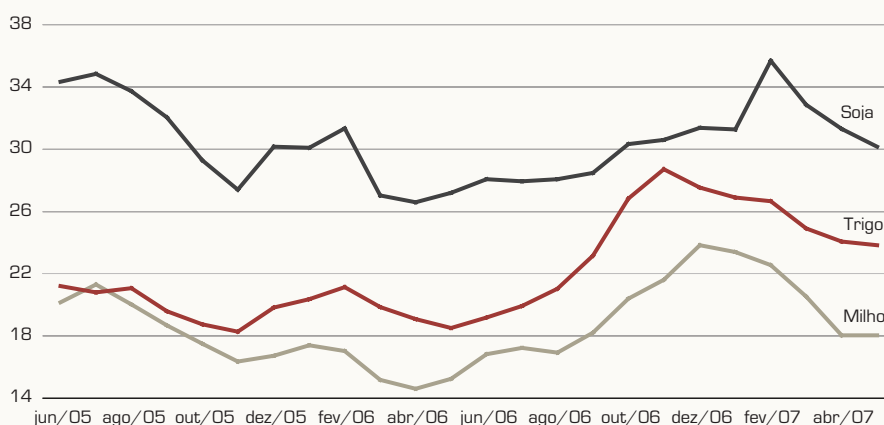
Para se fazer uma idéia da dimensão dessas variações na produção americana de milho e soja, basta notar que a produção brasileira de milho, no ano agrícola 2005/2006, foi de 41,7 milhões de toneladas, enquanto a produção de soja foi de 58,8 milhões de toneladas.

Esse aumento esperado na colheita americana de milho resulta, em parte, de uma quebra na produção da safra 2006/07, de 267,6 milhões de toneladas, contra 282,0 milhões de toneladas na safra 2005/06.

Esse maior estímulo à produção de milho, nos Estados Unidos, e a alta de preços domésticos dos grãos contribuirão para uma menor pressão por subsídios e dar novos caminhos para os acordos comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

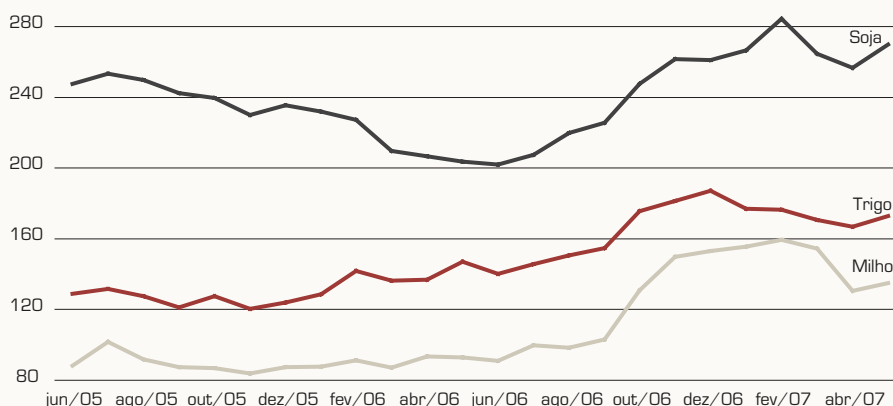
No que se refere aos produtos animais cabe, primeiro, fazer referência ao comportamento dos preços do boi gordo e às perspectivas para os próximos meses. Há uma expectativa de aumento, no início do próximo ano, de 10% nos preços atuais. Isso será uma repetição do padrão ocorrido entre o ano passado e o começo deste ano. Não parece haver, assim, qualquer efeito da alta dos preços dos grãos sobre os preços da carne bovina.

Preços domésticos dessazonalizados de soja, trigo e milho (R\$/saca 60 kg)



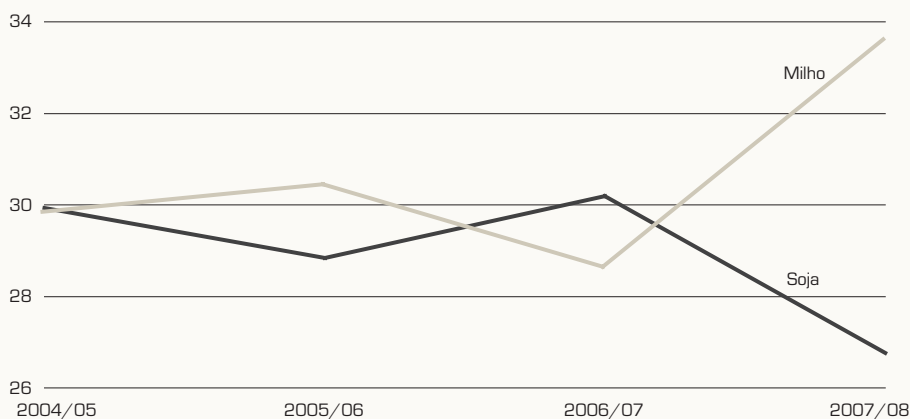
Em R\$ de maio de 2007, deflator: IPCA
Fonte: Conab e Seab

Preços internacionais dessazonalizados de soja, trigo e milho (US\$/t)



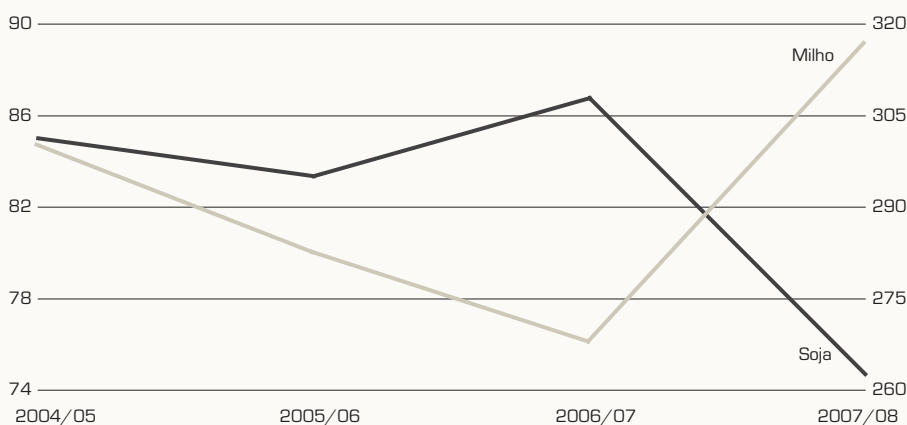
Em US\$ de abril de 2007, deflator: CPI
Fonte: Conab

Estados Unidos: área plantada de milho e soja (milhões de hectares)



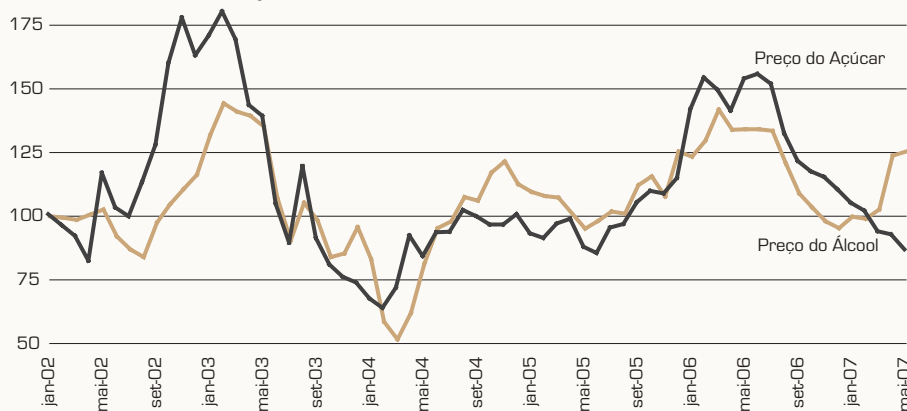
Fonte: Usda

Estados Unidos: produção de milho e soja (milhões de toneladas)



Fonte: USDA

Brasil: Evolução dos preços dessazonalizados de açúcar e álcool anidro



(Em R\$ de maio de 2007, deflator: IPCA)
(índice jan/02 = 100)
Fonte: Cepea

Já o preço do leite sofre alta desde julho de 2006, depois de uma queda a partir de fevereiro de 2005. O preço médio atual do litro é de R\$ 0,58, enquanto no período pós 2000 foi de R\$ 0,54. Um efeito de alta dos preços dos grãos parece ainda ter chegado sobre aves e suínos.

Em contraste com o comportamento dos preços dos grãos, o comportamento dos preços domésticos do açúcar e do álcool foi francamente desfavorável, acompanhando muito de perto o que se passou no mercado internacional, especialmente em função da flexibilidade na destinação da cana-de-açúcar à produção de açúcar

ou de álcool, o que resulta em uma relação estreita entre os preços do açúcar e do álcool no Brasil.

Esse comportamento cíclico dos preços do açúcar e do álcool merece uma análise mais profunda, que vai além dos limites de uma análise de conjuntura, como a presente. É possível conjecturar que o comportamento de longo prazo dos preços de açúcar e álcool, no Brasil, se revele também muito instável.

Um conjunto de fatores afeta o nascente mercado externo de etanol:

- A concorrência com outros países na produção da cana-de-açúcar (como é

o caso da Índia) e de outros produtos na produção de etanol (milho e celulose);

- O próprio biodiesel, em franca expansão em várias partes do mundo;
- Mudanças tecnológicas e ganhos de produtividades;
- Queda do preço do petróleo, de seus níveis atuais.

Esses riscos e instabilidades para o setor de açúcar e álcool no Brasil devem ser considerados, sobretudo tendo em conta a forte imobilização de capital na parte industrial. Os financiamentos de projetos a partir do mercado financeiro privado, incluindo-se o mercado de capitais internacional, ou por meio de financiamento público, como, por exemplo, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), são questões estratégicas.

O forte endividamento corrente da agricultura de grãos, no Brasil, formou-se em grande parte no período anterior ao boom, entre 1999 e 2004, com concessão muito generosa de empréstimos para investimentos, provenientes principalmente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos Fundos Regionais.

A tendência de financiamento por intermédio do fomento ao sistema financeiro privado e também ao próprio mercado de capitais para expansão do setor sucroalcooleiro deve ser estimulada. Paralelamente, poder-se-ia também fomentar o desenvolvimento do sistema de seguro agrícola, em face da importância do risco climático na agricultura, bem como promover o desenvolvimento das bolsas de mercadorias. Deve-se evitar a política do café praticada na República Velha, caracterizada pela “privatização dos lucros e socialização dos prejuízos”, segundo Celso Furtado. ■

* Pesquisador da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea e professor da Uerj

** Assistente de pesquisa do Ipea e Doutoranda em Economia pela UFF

*** Estagiário

Ver trabalho original

Ipea. Boletim de Conjuntura. Junho de 2007. Política Agrícola

Rodada Doha

Avanço protecionista

André Meloni Nassar*
Maria Helena Tachinardi**

A PISTA de largada da Rodada Doha, em novembro de 2001, num cenário iluminado pela ambição da abertura comercial agrícola e pelos propósitos nobres de promoção do desenvolvimento, não resistiu às intempéries provocadas pelas diferenças entre os principais atores da negociação.

Depois de um fracasso na reunião ministerial da OMC em Cancun, em 2003, e de poucos avanços reais na reunião de Hong Kong, em dezembro de 2005, a bandeira vermelha foi agitada, interrompendo a corrida em junho de 2007, em Potsdam, no encontro do G-4 (EUA, UE, Brasil e Índia). Isso ocorreu num cenário sem o brilho da ambição inicial e com muitas nuvens negras pairando sobre o sistema multilateral de comércio.

A imagem não deveria ser de uma corrida, porque as negociações multilaterais são lentas. Mas, na realidade, trata-se, sim, de uma corrida, disputada também pelos acordos regionais e bilaterais de comércio, que vêm ganhando impulso nas Américas, na Europa e na Ásia.

Quanto mais o cronograma de Doha se arrasta e a ambição se esvai pelo caminho, mais os acordos regionais e bilaterais se apressam em definir cronogramas de implementação e inclusão de temas não tratados na reunião da OMC. Trata-se de uma competição em que muitos dos pilotos participam das duas corridas.

Nessa fase pós-Potsdam, não resta dúvida de que ganharam os interesses defensivos, que estão confortáveis porque se reduziu o nível de ambição como nunca nos quase seis anos da Rodada Doha. O Brasil revelou-se pouco disposto a um nível mais profundo de abertura das ta-

rifas industriais, o que obriga o País a ser agora muito menos exigente com a União Européia em matéria de corte de tarifas e expansão de cotas, situação que agrada imensamente a Bruxelas e seus *lobbies* protecionistas. Os EUA, que não têm interesse em reduzir seu teto de subsídios agrícolas domésticos a US\$ 12 bilhões anuais, conforme proposta do G-20, ficam mais confortáveis ao defender o montante de US\$ 17 bilhões.

Na outra ponta, a Índia, a China e os países em desenvolvimento mais pobres estão próximos de conquistar o direito às flexibilidades que tanto desejam para continuar protegendo seus agricultores. Se a Rodada for concluída com um grau baixo de ambição, medido pela ótica de países competitivos em agricultura, os países em desenvolvimento terão menos problemas para garantir que as flexibilidades, como a auto-seleção de produtos especiais e a aplicação de salvaguardas especiais, sejam desenhadas à luz dos seus interesses, conforme defendem os membros do G-33 (nações mais pobres da Ásia, África e América Latina). Essa coalizão busca flexibilidade para apresentar como produtos especiais os responsáveis por 20% das tarifas agrícolas dos países. Metade desses produtos não sofreria redução alguma de tarifa e os demais, corte de apenas 10%.

O G-33 ganhou o direito de eleger produtos especiais no acordo de julho de 2004, mediante três critérios: segurança alimentar, segurança dos meios de subsistência e desenvolvimento rural. O problema é que, com essa seleção, tentam resolver problemas de desenvolvimento rural numa rodada multilateral de negociações, quando o correto seria equacionar suas questões

agrícolas, relacionadas com os três critérios, por meio de políticas internas.

Quanto às salvaguardas especiais, a lógica por trás da sua aplicação é proteger os países contra surtos de importação, o que é justificável. Ocorre que tais salvaguardas, dependendo do funcionamento do mecanismo, podem resultar em elevação do nível de proteção em relação à Rodada Uruguai do Gatt.

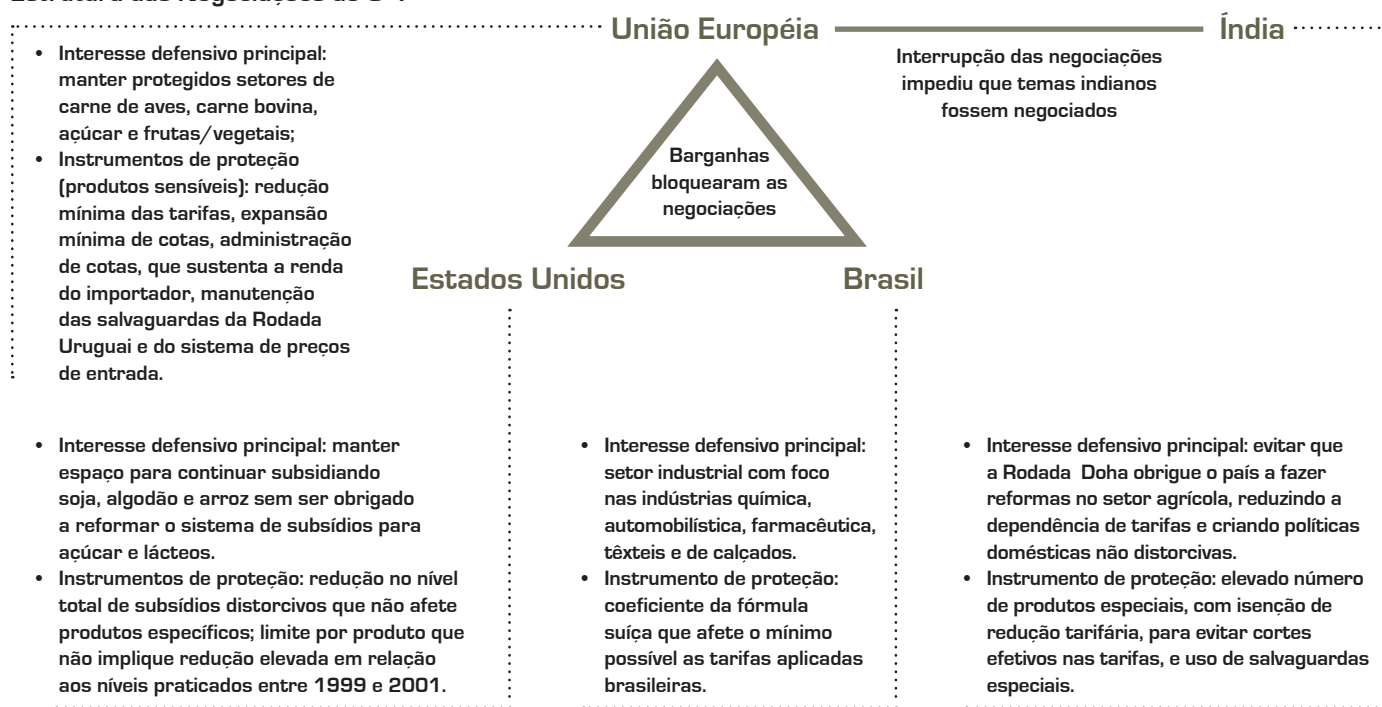
Descrito pela mídia como o país que abandonou as negociações em Potsdam, decepcionando os EUA e a União Européia, que esperavam por propostas firmes de abertura industrial, o Brasil continua sendo o pivô das negociações, mais que a Índia. O nó górdio da discussão entre o governo brasileiro, os EUA e a União Européia é o nível de corte nas tarifas de importação de bens industriais.

O governo Lula se diz disposto a aceitar uma redução de não mais de 50% nas tarifas industriais, o que equivale ao coeficiente 30 da fórmula suíça. O número de convergência estaria em torno de um coeficiente 25. Em Potsdam, a União Européia pediu corte médio de 58% nas tarifas industriais consolidadas, o que equivale a um coeficiente 21. Portanto, será necessário um grande esforço do lado brasileiro e da parte dos europeus e americanos para o fechamento da Rodada Doha neste ano.

Leve-se em consideração que o cenário agora é mais cinzento que antes da reunião de Potsdam, pois o governo Bush não conseguiu a renovação da *Trade Promotion Authority* (TPA), autorização do Legislativo para a Casa Branca negociar acordos comerciais sem a possibilidade de o Congresso alterá-los. A TPA expirou em 30 de junho.

Nessa etapa da Rodada Doha vislumbra-se um cenário semelhante ao da Rodada Uruguai do GATT, que terminou em 1994 com a criação da OMC. Dada a dificuldade de se chegar a um consenso, em 1991, o então diretor geral do Gatt, Arthur Dunkel, apresentou a sua minuta de acordo, que serviu de base para a conclusão da Rodada Uruguai três anos depois. Algo semelhante deverá ser feito pelo diretor geral da OMC, Pascal Lamy,

Estrutura das Negociações do G-4



no final de julho. Espera-se que a “minuta Lamy” de acordo abrangente, que deverá reunir o estoque de propostas feitas pelos países no curso da Rodada Doha, encaminhe o processo negociador para o seu desfecho em setembro.

Se isso de fato acontecer, o mundo celebrará o fim da primeira rodada de negociações da OMC com alívio, mas não com entusiasmo, pois o resultado será, certamente, pequeno diante da expectativa de liberalização dos mercados que os países competitivos em agricultura tinham quando do lançamento das negociações em 2001.

No cenário de conclusão da Rodada, o acordo que se desenha deve ser avaliado pelo agronegócio brasileiro em dois níveis:

(i) Resultados gerais, medidos pelo corte médio nas tarifas (54% para países desenvolvidos e 36% para países em desenvolvimento) e pelo corte no subsídio total distorcivo. A avaliação é que esta Rodada trará ganhos em relação à Rodada Uruguai, que serão facilmente vendáveis pelo governo ao agronegócio brasileiro como uma conquista. O nível da superfície, no entanto, já não é mais usado pelo agronegócio como medida de avaliação;

(ii) Resultados específicos, medidos de acordo com os interesses de cada setor. Tais resultados são fortemente influenciados pelas flexibilidades e poderão minar o ganho de setores como carnes (bovina, avícola e suína), açúcar e álcool, soja, arroz e algodão, tornando a Rodada nula para eles. Há maior preocupação em relação aos seguintes temas: flexibilidade para países desenvolvidos (produtos sensíveis e manutenção das salvaguardas da Rodada Uruguai) e para países em desenvolvimento (salvaguardas e produtos especiais), teto por produto no subsídio distorcivo, eliminação das escaladas tarifárias, tratamento paralelo para os diferenciais tributários de exportação e tratamento para a tarifa de etanol nos EUA.

Nos dois cenários – conclusão da Rodada Doha com resultados modestos em 2007 ou, o que é mais provável, adiamento das negociações para 2009, após a eleição presidencial americana – não podem faltar análises sobre a escalada dos acordos regionais e bilaterais, que competem com as negociações multilaterais na grande pista de corrida do comércio mundial.

O governo e a sociedade civil brasileira, principalmente o setor privado, precisam partir agora para uma discussão sobre a política comercial do País e as suas negociações externas, num contexto da economia mundial em que a Ásia, a Europa, os EUA e boa parte da América do Sul estão trilhando ativamente o caminho do bilateralismo e do regionalismo. A OMC já contabiliza 400 acordos regionais e bilaterais de comércio, dos quais 368 notificados até dezembro.

Uma das principais questões a serem atacadas é a relacionada com as negociações externas do Mercosul, que deixam a desejar. A pergunta insistente é até que ponto vale a pena para o Brasil continuar a negociar acordos comerciais juntamente com seus parceiros do Mercosul, uma vez que as decisões do bloco são tomadas por consenso e não refletem, na maioria das vezes, o grau de diversificação e competitividade da indústria e do agronegócio do País. ■

* Diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône)

** Coordenadora de Comunicação do Icône (www.iconebrasil.org.br)

Etanol

Certificação dos biocombustíveis

NA CONFERÊNCIA Internacional de Biocombustíveis, realizada este mês, em Bruxelas, o presidente Lula afirmou que o Brasil criará seu próprio certificado de biocombustível para demonstrar que o etanol brasileiro é produzido de forma sustentável do ponto de vista ambiental, social e técnica e não desmata.

Na UE, o setor dos transportes produz quase um terço das emissões de CO₂ e depende quase exclusivamente do petróleo, que é, sobretudo, importado. A nova política energética da UE, de março deste ano, procura estimular a produção e utilização dos biocombustíveis em substituição à gasolina e ao diesel, com fixação de uma cota de mercado dos biocombustíveis de pelo menos 10% até 2020. Além disso, a Comissão Europeia quer que a UE inclua uma cota-parte de 20% de energias renováveis até 2020.

Os debates abordam cinco questões: políticas de apoio aos biocombustíveis; desenvolvimento do comércio internacional; riscos ambientais; benefícios da sua produção e utilização; os biocombustíveis e os países em desenvolvimento; as atividades de investigação em matéria de biocombustíveis.

O Brasil será o último dos Brics – grupo dos principais emergentes composto também por Rússia, Índia e China – a ter *status*

de parceiro estratégico da União Europeia. A proposta destaca que entre os quatro, o Brasil é o que mais atraiu investimentos internacionais diretos da UE, com estoque de investimentos de 80,1 bilhões de euros.

Plano de Energia

A produção de etanol no Brasil, segundo o Plano Nacional de Energia para 2030, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética e aprovado pelo Conselho Nacional de Pesquisa Energética, atingirá 66,570

Brasil: produção de biocombustível (bilhões de litros)

Item	2005	2030
1. Etanol		
Produção	16,0	66,6
Consumo	14,0	54,7
Exportação	2,0	12,0
2. Diesel	42,6	107,5
Químico	42,4	90,7
Biodiesel	0,2	11,7
H-bio	–	5,1

Fonte: Plano Nacional de Energia

bilhões de litros em 2030, ante os 16,040 bilhões registrados em 2005.

A área ocupada para a produção de etanol passará de 5,6 milhões de hectares e pulará para 13,9 milhões de hectares em 2030.

Além do aumento do etanol haverá forte expansão do biodiesel e do combustível chamado de H-bio, que é uma mistura do óleo vegetal com o óleo mineral na própria refinaria (o biodiesel resulta da combinação do diesel com o óleo vegetal na distribuidora, após o diesel ser processado na refinaria). ■

Desajustes nos Estados Unidos

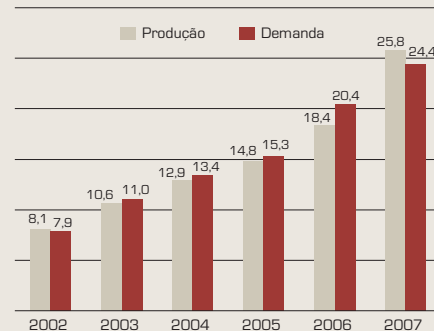
Nos Estados Unidos existem 119 usinas de etanol em produção e mais 86 em expansão ou construção, em 19 estados, segundo a Associação dos Combustíveis Renováveis (RFA, na sigla em inglês). Neste ano a produção deverá chegar a 25,8 bilhões de litros e superar em 5% a demanda.

Nada de assustador, pois o volume de etanol a ser fabricado corresponde a 5% do consumo de gasolina no país. Por sua vez, a legislação em vigor determina que o consumo de combustíveis de origem renovável alcance 28 bilhões de litros em 2012.

Além disso, o governo defende a ampliação da meta para 132 bilhões em 2017. O otimismo é geral, mas a preocupação com o curto prazo é procedente. A expansão rápida da oferta pode não encontrar demanda suficiente. Os preços tendem a ter queda, enquanto os custos de produção seguem elevados, em US\$ 0,30 o litro. A margem de comercialização fica apertada e compromete a taxa interna de retorno. Os investimentos em usina são analisados no horizonte de tempo acima de quinze anos.

Apesar da pressão recebida pelo Congresso americano para eliminar a tarifa de US\$ 0,54 por galão (US\$ 0,14 por litro) que atualmente é aplicada sobre o álcool importado, em junho, o Senado aprovou uma extensão da tarifa até 2010, com 56 votos a favor e 36 contra. Em 2006, metade das exportações brasileiras, de 3,5 bilhões de litros, foi para os Estados Unidos.

Estados Unidos: mercado de etanol (bilhões de litros)



Fonte: RFA

União Europeia (2006)

Produção de biocombustíveis = 3,9 milhões de t

Bioetanol (cereais) = 730 mil t

Biodiesel (colza) = 3,2 milhões de t

Produção de diesel = 390 bilhões de l

Dendê

Riqueza para Amazônia

Tânia Belmiro*
 José Furlan Jr**
 Astrogildo Nodari***

O DENDENZEIRO é uma palmeira da costa ocidental da África trazida ao Brasil pelos escravos no século XVII. A planta adaptou-se bem ao clima tropical úmido do litoral baiano. A partir daí, a plantação estendeu-se para todo norte do país.

No Brasil, quando se analisa o preço do diesel para o consumidor final, de US\$ 0,88 por litro, o óleo de dendê e o da soja são matérias primas com mais vantagens competitivas para produção de biodiesel.

No final de 2007, como o Brasil já terá uma produção para atender à demanda mínima do B2 (2% de mistura de biodiesel no diesel), o governo poderá antecipar o B5 (5% de mistura de biodiesel no diesel) de 2013 para 2008, conforme previsto na Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Os usuários finais do produto serão caminhões e ônibus, sendo que poderá haver também a utilização em trens, aviões e navios. O biodiesel ainda poderá ser fonte de energia residencial e industrial.

Caso o governo antecipe o aumento da mistura, a demanda anual de biodiesel subirá para 2 milhões de litros. Em um horizonte de curto prazo certamente a soja é a única cultura com capacidade para atender ao novo setor. Neste ano, a produção deverá chegar a 1,6 bilhões de litros, contra 770 milhões em 2006.

Porém, diante da vocação natural e as crescentes oportunidades oriundas do setor alimentício e energético, os governos da Bahia, Pará e Roraima trabalham em projetos para atrair investimentos para implantação do dendê.

A cadeia produtiva do dendê é uma das alternativas promissoras para o desenvolvimento da Amazônia, em termos susten-

Brasil: plantação de dendê

Estados	Área (hectare)		
	Potencial	Plantada	Em Produção
Acre	2.500.000	-	-
Amapá	500.000	-	-
Amazonas	54.000.000	2.910	410
Pará	5.000.000	55.066	52.320
Rondônia	2.000.000	-	-
Roraima	4.000.000	-	-
Tocantins	1.000.000	-	-
Bahia	900.000	5.800	5.800
TOTAL	69.900.000	63.776	58.530

Palmasa (2006) - área de produção. Fontes: Veiga, et al (2005) - potencial; Agrianual (2007) - área plantada

Brasil: preço, custo e produtividade do óleo vegetal

Cultura	Preço do óleo (tonelada)	Custo de produção (hectare)	Produtividade (litros por hectare)
Dendê	US\$ 450	US\$ 160	3.500
Soja	US\$ 800	US\$ 474	400
Mamona	US\$ 1.500	US\$ 400	650
Pinhão Manso	US\$ 1.000	-	4.000

Fonte: Furlan, J (Embrapa Amazônia) e Unicamp

Balanço do mercado de óleo de palma (toneladas)

Região	Produção	Consumo
Mundo	37.650 milhões	37.950 milhões
Brasil	160 mil	350 mil

Fonte: Usda - 2005

Dendê: investimento agrícola para plantação de 5.000 hectares

Item	Valor (US\$)
Plantio	8.580
Infra-estrutura	1.040
Equipamentos	1.380
Custo Total	11.000

Fonte: Eng. Antonio Müller (Embrapa Amazônia Oriental), 2007

Dendê: produtos, subprodutos e co-produtos

Palm oil	Óleo vegetal da polpa do fruto do dendezeiro - <i>CPO</i>
Palmistic oil	Óleo da amêndoa do fruto - <i>PKO</i>
Torta de palmiste	Subproduto da prensagem da amêndoa - <i>PKC</i> , usado como ração
Cachos vazios e fibras	Usado na adubação orgânica e geração de vapor
Tronco	Subproduto da prensagem dos frutos cozidos, para geração de vapor
Estearina	Usado na indústria de móveis
Efluente	Fração do processo de decantação do <i>palm oil</i>
Créditos de Carbono	Líquido do processo de extração de óleo - <i>Pome</i>
Biodiesel	Duas vezes: uma no plantio e a outra no biodiesel
Glicerina	Fração do processo de transesterificação do <i>palm oil</i>

táveis, pelos seus benefícios econômicos, sociais e ambientais.

A Embrapa Amazônia calcula que, para a subsistência de uma unidade familiar, são suficientes 5 hectares, enquanto a mamona necessita de 16 hectares. Um trabalho rentável por um período de 25 anos, correspondente à vida econômica de um dendezal.

Se a produção média anual de óleo é de 3,5 toneladas por hectare, em 5,0 hectares teríamos uma produção de 17.500 toneladas de óleo, correspondente a uma receita bruta de US\$ 7,875, sem considerar as demais receitas advindas dos subprodutos do dendezal.

Outro dado importante refere-se ao

seqüestro de CO₂. Para cada hectare plantado de dendê existe um seqüestro de 36 toneladas de CO₂ da atmosfera. No *pinus* esse número é de 5 toneladas. É, portanto, uma oportunidade o uso do mercado de Neutralização de Carbono (Protocolo de Quioto).

O dendê representa uma excelente alternativa para implantar na Amazônia Brasileira, uma exploração sustentável e de alta potencialidade na região, diante da demanda crescente do mercado global por energias renováveis. Isso explica o interesse dos governos estaduais da região no desenvolvimento da cultura. ■

* Sócia Diretora da Carbon Life Consulting-
tbelmiro@carbonlife.com.br

** Presidente do Conselho de Administração da
Agroindustrial Palmasa S/A. palmasa@terra.com.br

*** Coordenador na implantação do Plano
Roraima Probiobiodiesel astronodari@yahoo.com.br



PROGRAMA

CONJUNTURA BRASIL

(Programa Independente)



Apresentação:

Maria Rita Falleiros

Através de entrevistas, debates técnicos, reportagens especiais e o resumo dos maiores eventos de negócios, o programa divulga onde estão as oportunidades de negócios na agricultura, pecuária, industrialização e comercialização de produtos. Divulgar iniciativas que estimulem o desenvolvimento do país, são as metas do programa "Conjuntura Brasil".

Semanalmente você participa do programa através do
e-mail: conjunturabrasil@conjunturabrasil.com.br ou pelo fone: (16) 3623-9720








Oferecimento:






Qualiagro

Produção integrada

Marcio Antonio Portocarrero*
Adilson Reinaldo Kososki**

COM BASE nos preceitos da Organização Internacional para o Controle Biológico e Integrado Contra os Animais e Plantas Nocivas (Oilib), países europeus como a Espanha, França e Itália estabeleceram regulamentos de Produção Integrada (PI). O objetivo é atender às exigências das cadeias de distribuidores quanto a alimentos seguros, sem resíduos de agrotóxicos.

Os mercados importadores, principalmente europeus e norte-americano, impõem protocolos nas negociações, como Eurep-GAP, Tesco, TNC, BRC, USA-GAP. Harmonizar essas exigências e utilizar os conceitos e regras do *Codex Alimentarius* é uma tarefa árdua, pois exige articulação e envolvimento governamental. Um esforço para facilitar a definição sobre o sistema produtivo quanto ao controle fitossanitário e evitar rechaço de cargas de produtos pelos países importadores.

Em 2005, das notificações advindas da Europa e dos EUA sobre produtos agropecuários, 10% foram sobre produtos da fruticultura, dos quais 97% relacionados com os limites máximos de resíduos (LMR) de produtos agroquímico.

Há carência atual no suporte de produtos fitossanitários adequados para diversas culturas de importância econômica, em especial frutíferas, hortaliças, flores, plantas ornamentais e plantas medicinais. É necessário o registro de novos ingredientes ativos e das respectivas formulações de produtos agrotóxicos. Apesar das barreiras técnicas e dos desafios existentes, o Sapi representa o futuro da agropecuária nacional e mundial, pois valoriza as cadeias produtivas, oferece ao

consumidor alimentos seguros com qualidade e cria modelos sócio-ambientais sustentáveis para sistemas de produção agropecuária.

Os sistemas implantados são de adesão voluntária, ajudam a expansão do agronegócio e consolidam a utilização da marca da conformidade chancelada por instituições acreditadas pelo Fórum Mundial de Acreditadores (IAF), do qual o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) é signatário.

Nesse sentido, o MAPA/SDC priorizou pólos potenciais de produção agropecuária, na proposta para implantar o Sistema Agropecuário de Produção Integrada (Sapi), com a mesma metodologia da Produção Integrada de Frutas – PIF. Essa ação estratégica faz parte da missão institucional do MAPA, de promover o desenvolvimento sustentável do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

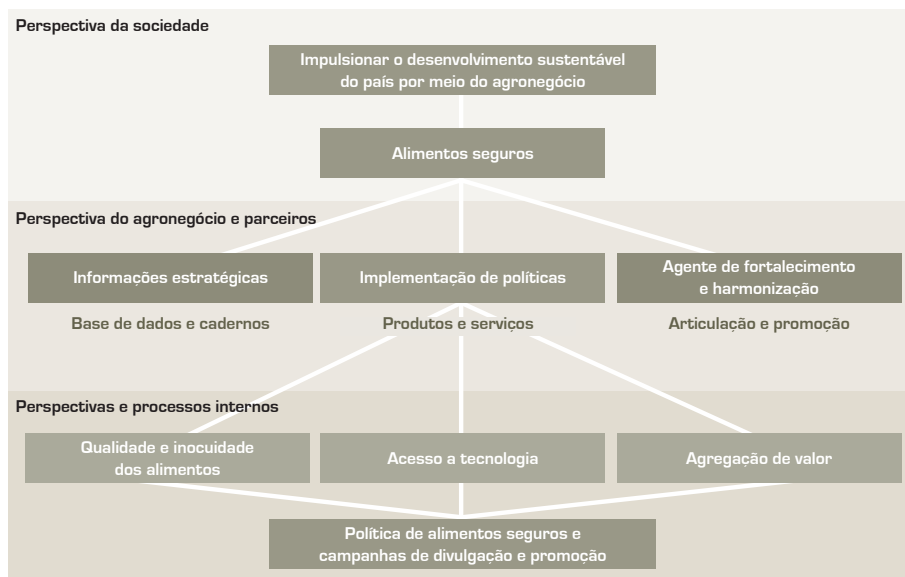
O funcionamento do Sapi envolve a Câmara Temática de Agricultura Competitiva e Sustentável do MAPA e as instituições de pesquisa, de ensino e extensão, cooperativas, associações, técnicos, produtores, dentre outras, para validar os seus nor-

Aspectos da produção integrada

- Evolução dos regulamentos públicos tradicionais
- Normalização e certificação de processos produtivos
- Uniformização dos procedimentos de produção
- Aceitação dos integrantes de cada cadeia produtiva os consumidores
- Emprega tecnologias de acordo com as Boas Práticas Agrícolas – BPA
- Controla o processo produtivo por meio de instrumentos de monitoramento e

Missão do MAPA:

Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

mativos e disponibilizar às cadeias agropecuárias um instrumento importante de políticas de alimentos seguros.

O Sapi visa a garantir uma oferta de alimentos seguros, produzidos de acordo com parâmetros e sistemas de produção sustentáveis. Cada um de seus projetos deve desenvolver Diretrizes Gerais, Normativos Técnicos Específicos, Regulamentos, dentre outros.

A adaptação das normas, procedimentos e legislação da PI ainda é um desafio para o agronegócio. A evolução do modelo PIF para outras espécies vegetais e animais terá de ser feita gradativamente, conforme as particularidades da cadeia produtiva.

Diante da tendência dos países importadores de exigir informações detalhadas sobre os alimentos, há um esforço integrado hoje no Brasil para valorizar a transformação da produção convencional em tecnológica, sustentável, certificada e comprovada por selos. Um sistema transparente, de verificação voluntária e certificação independente, com agregação de valor aos produtos agropecuários.

O Sapi possui ferramentas importantes para uso nas cadeias produtivas, como apoio à organização das bases produtivas e orientação para a homogeneização dos procedimentos. A coordenação é feita pelo Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade (Depros), sobre as premissas básicas:

1. fomento à produção agropecuária;
2. atuação nos âmbitos individual e de propriedade;
3. projetos-piloto em pólos potenciais de produção;
4. organismos de avaliação da conformidade, credenciados pelo Inmetro;
5. adesão voluntária;
6. normativos, diretrizes, regulamentos e preceitos adequados à dinâmica de mercado;
7. auditorias sistematizadas;
8. cadastro nacional;
9. marca da conformidade (selo de conformidade ou outros identificadores);
10. acreditação internacional;
11. atuação por cadeia produtiva;
12. produção de alimentos seguros;

13. processo de desenvolvimento sustentável (economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo);
14. produto diferenciado e competitivo;
15. programas e campanhas de promoção, divulgação, difusão e marketing.

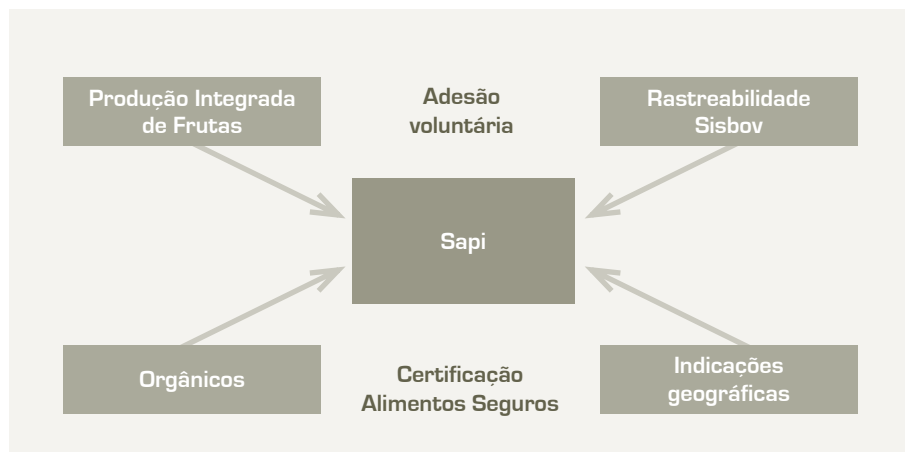
Além dos projetos de PIF, implantados e em andamento, existem outros projetos de Produção Integrada de Soja no Paraná; Arroz Irrigado no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins; Café Arábica em Minas Gerais; Amendoim em São Paulo, Ceará e Paraíba; Tomate

Indústria em Goiás e Minas Gerais; Tomate Mesa no Espírito Santo; Batata em Minas Gerais; Bovinos de Leite no Paraná; Bovinos de Corte no Mato Grosso do Sul e São Paulo; Bovino de Corte (Integração Lavoura/Pecuária) em Goiás; Caprinos/Ovinos no Ceará; e Apicultura em Santa Catarina. ■

* Engenheiro Agrônomo. Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA

** Engenheiro Agrônomo. Assessor e Coordenador da Ação – SDC/MAPA

Programas e sistemas institucionais



Fonte: MAPA

Componentes estruturais

Sistema da produção integrada



Fonte: MAPA

Frutas de alta qualidade

Trata-se de um sistema de produção de frutas de alta qualidade, com princípios baseados na sustentabilidade, aplicação de recursos naturais e regulação de mecanismos para substituição de insumos poluentes, por meio de monitoramento dos procedimentos e da rastreabilidade do processo.

Institucionalizado em 11 de setembro de 2001, o Sistema PIF, em conjunto com a logomarca PIF Brasil, a PIF Maçã e seu respectivo Selo de Conformidade, apresenta resultados de destaque como:

- i) aumento de emprego e renda na ordem de 3,0% (PIF Maçã);
- ii) menor custo de produção da maçã (14,5% do total e 40,0% em fertilizantes) e do mamão (44,0%);
- iii) 60% da área total nacional de produção de maçã estão em PIF;
- iv) diminuição da aplicação de agrotóxicos, e de resíduos químicos;
- v) melhoria do meio ambiente, da saúde do trabalhador e do consumidor final (alimento seguro).

A PIF possui quatro pilares de sustentação:

- Organização da base produtiva,
- Sustentabilidade dos processos,
- Monitoramento do sistema
- Base de dados.

A gestão da PIF envolve parceria entre mais de 500 instituições públicas e privadas (universidades, Embrapa, CNPq, Inmetro, instituições estaduais de pesquisas, instituições "S", Ceagesp, associações de produtores, cooperativas, certificadoras, dentre outras). Os benefícios são:

- Aumento da produtividade,
- Melhor qualidade da fruta,
- Diminuição dos custos de produção,
- Racionalização do uso de fertilizantes,
- Economia do uso da água na irrigação,
- Aumento de infiltração de água no solo;
- Elevação do lençol freático;
- Diminuição dos processos erosivos;
- Incremento na diversidade e população de inimigos naturais das pragas e doenças,
- Manutenção das áreas de reservas naturais e geração de emprego e renda.

Redução na aplicação de produtos (%)

Produtos	Maçã	Manga	Uva	Mamão	Caju	Melão	Pêssego	Citros
Inseticidas	25,0	70,0	89,0	35,7	25,0	20,0	30,0	75,0
Fungicidas	15,0	31,0	42,0	30,0	30,0	10,0	20,0	20,0
Herbicidas	67,0	95,0	100,0	78,0	-	-	50,0	66,7
Acaricidas	67,0	72,0	100,0	35,7	-	20,0	50,0	45,0

Fonte: MAPA/ SDC/ Depros



Abrangência da PIF

Produtores	Área	Produção
1.280	40.446 ha	1.140.326 t

Fonte: MAPA/ SDC/ Depros

A PIF está implantada em 14 Estados da Federação com 17 espécies frutíferas (maçã, uva, manga, mamão, citros, caju, coco, banana, melão, pêssego, nectarina, goiaba, caqui, maracujá, figo, abacaxi, mangaba e morango). No pólo de fruticultura do Vale do São Francisco 36% da área total de videiras e 35% de manga estão em PIF. Até 2005, foram realizados 947 eventos sobre produção integrada, com mais de 200 cursos de treinamento e capacitação de 8.521 agentes (produtores, trabalhadores, extensionistas, etc)

Projeto Ripa

Plataforma logística

Paulo M. L. César Protasio*

Paulo E. Cruvinel**

Maurício Braga Meira***

Plínio Pinto de Mendonça Uchoa Júnior****

UMA PLATAFORMA tecnológica é composta por quatro diferentes segmentos: a obtenção de base de dados de satélites, a gestão do conhecimento, a zona de Integração de serviços e os clientes.

É um contexto mais abrangente para a obtenção de produtos e serviços capazes de impactar os programas brasileiros. A industrialização é vista na ótica da cadeia produtiva, pois as inovações tecnológicas contribuem para o desenvolvimento da plataforma temática.

Integração

A Zona de Integração de Serviços representa a realização e consolidação de produtos processos e serviços para a plataforma, por meio da:

- Identificação de caminhos para o fortalecimento das articulações institucionais das plataformas tecnológicas prioritizadas;
- Organização dos caminhos para ajustar sua complementaridade com o Sistema Embrapa de Pesquisa e Difusão e Universidades Brasileiras;
- Caracterização de caminhos para o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos técnico-científicos da atividade agropecuária e agroindustrial;
- Organização dos caminhos para ampliar monitoramento das sinalizações de mercado, direcionando o esforço de P&D para as demandas correntes e a Plataforma Tecnológica Priorizada;
- Ênfase para questões decorrentes de mudanças climáticas com tratamento diferenciado devido aos diversos biomas existentes no Brasil;

- Definição de novos processos e serviços no âmbito da plataforma priorizada.

O desenvolvimento envolve uma fase de estudo de simulação e outra de implementação em sociedade, em âmbito regional, com componentes que direcionam ao nacional, com as seguintes fases:

- Análise da caracterização dos perfis institucionais, considerando a gestão organizacional, a adequação às exigências do ambiente externo, o aproveitamento de novas oportunidades e áreas de atuação;
- Implementação de programas que confrimam visibilidade ao Brasil como gerador de energias limpas decorrentes do uso de biomassa, de forma a promover o desenvolvimento do agronegócio por meio de melhor uso: 1) sustentável dos biomas, com base na articulação do setor produtivo com a pesquisa, desenvolvimento e inovação, o terceiro setor e o governo; 2) uso do solo e geração de energia limpa, renovável, e aproveitamento de resíduos, com base no fortalecimento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e Inovação;
- Criação de condições que facilitem a elaboração, comercialização e desenvolvimento de projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo por meio da identificação de soluções e políticas de fomento, por meio de articulações com o setor privado e a sociedade civil, para os recursos captados serem distribuídos, ao longo da cadeia produtiva, de forma socialmente justa;

- Implementação de estratégias que garantam a competitividade do agronegócio brasileiro no tema, baseado na avaliação de potencialidades, oportunidades, riscos e desafios, a partir do acompanhamento das negociações internacionais, monitoramento da vulnerabilidade dos agro-ecossistemas e de cenários de evolução do mercado de carbono.

Informação

A estruturação da estratégia em logística considera o desenvolvimento de um ambiente de gestão da informação para a análise de imagens produzidas pelos satélites da RapidEye-AG, da empresa canadense MacDonald Dettwiler, em operação já neste semestre.

Assim, a construção de uma plataforma temática envolve prioritariamente:

- Montagem de carteira de projetos e articulação com fontes de fomento;
- Articulação de projetos cooperativos entre empresas, academia, governo e terceiro setor;
- Estruturação do conhecimento para interação dos diversos stakeholders;
- Mapeamento de competências;
- Montagem de monitoramento e serviços tecnológicos decorrentes;
- Promoção da inovação tecnológica e social na área relativa de interesse;
- Inteligência com gestão estratégica e monitoramento em energia de biomassa, mudança climática global e logística;
- Identificação de novos processos e serviços de interesse do país;
- Organização de Empresas de Propósito Específico. ■

* Câmara Temática de Infra-estrutura e Logística do Agronegócio (MAPA), coordenador-executivo da Ritla

** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/CNPDia)

*** Pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), coordenador-executivo da Ripa

**** Professor visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), membro da Ripa



PORTAL DO FAZENDEIRO



**Plantando informações
e colhendo sucesso**

www.fazendeiro.com.br

PDP Rural

Bens agroalimentares

Luís Fernando Soares Zuin*

O MODELO exportador de produtos agrícolas brasileiros encontra-se em um processo de mudanças estruturais, com tendências marcantes para os próximos anos. O novo cenário internacional, caracterizado por uma saturação do mercado de *commodities*, vai refletir-se na cadeia produtiva como queda de renda, margens de lucro menores, devido aos baixos preços.

Projeções para quinze anos indicam concentração dos produtos agropecuários brasileiros na produção de *commodities*, uma oferta externa crescente de matéria-prima com pouco valor agregado. Já a União Europeia e os Estados Unidos intensificam a produção de bens agroalimentares certificados, funcionais, enriquecidos, nutraceuticos etc.

Uma alternativa para os agricultores em relação à produção de *commodities* seria a diversificação dos processos produtivos para atender à fragmentação da demanda, cada vez mais crescente para produtos diferenciados.

É o caso de bens especiais agroalimentares (BEAs), que sofrem transformação ou recebem alguma certificação (orgânicos, origem controlada, tradicionais, sustentáveis, entre outras) nas unidades produtoras. Geralmente são produtos mais sofisticados, com preço não regulado de forma tão intensa pelo mercado e liberdade de receber um valor justo, como são as frutas e legumes minimamente processados e higienizados, ou mais sofisticados como vinho, cachaça, palmito, salames e queijos (produtos processados, embalados e prontos para o consumo).

A manufatura e a certificação dos produtos *commodities* permitem desenvolver novos padrões de qualidade, com maior satisfação para os consumidores, redução

dos custos de produção, menores impactos ambientais e maior capacidade de sobrevivência em um mercado cada vez mais competitivo.

Nesse contexto, o processo de desenvolvimento de produto rural (PDP rural) é essencial. As dimensões da gestão estão relacionadas ao planejamento e custo da produção, ao controle de materiais e distribuição, à qualidade e ao desenvolvimento de produto, entre outros. O modelo possui o propósito de sistematizar e organizar todas as atividades e tarefas realizadas no desenvolvimento de novos produtos alimentícios. Mesmo não formalizada, essa estratégia é adotada em várias empresas rurais.

Um dos aspectos relevantes do PDP rural é a quebra de paradigmas gerenciais existentes no ambiente agrário, com a mudança dos atuais sistemas de produção de

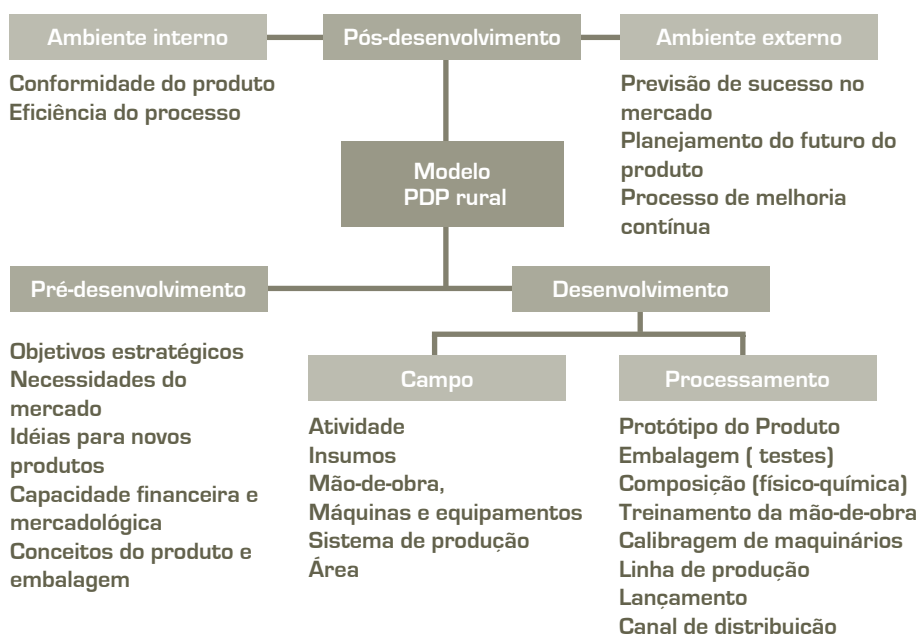
commodities pelos BEAs, que empregam, por exemplo, mais dimensões da gestão da qualidade, dos custos de produção, da cadeia de suprimentos, processo de desenvolvimento de produtos, entre outros.

Geralmente as *commodities* empregam apenas duas dimensões gerenciais: gestão dos custos de produção e logística. Outra quebra de paradigma está relacionada à proximidade comercial da empresa rural com o consumidor. Na produção de *commodities* há pouca ou nenhuma comunicação entre esses dois agentes da cadeia produtiva. Para esse tipo de empresário, o mercado consumidor encontra-se muito distante.

Uma das atividades do modelo PDP rural é justamente o constante monitoramento do mercado, de modo a propiciar o desenvolvimento de um produto que satisfaça as necessidades dos consumidores e obedeça sempre a rígidos padrões de qualidade.

Desta forma, esse artigo busca contribuir para a sobrevivência das empresas rurais, com a apresentação de uma alternativa de sistema de produção, por meio da adoção do modelo de PDP rural, como referência para a produção de produtos bens especiais agroalimentares e agregação de valor à produção de *commodities* agrícolas. ■

* Professor Doutor do Curso de Administração de Empresas da PUC - Campinas



A AGRICHEM FAZ CHOVER NA SUA LAVOURA.



Com inovação, tecnologia avançada, máxima qualidade, alta concentração de nutrientes e o melhor programa de nutrição do mercado, a Agrichem garante que vai chover na sua lavoura.

Vai chover alta produtividade, durabilidade, cores uniformes, mais sabor, muito mais vida e o melhor: altos lucros.

Conheça a linha de fertilizantes líquidos Agrichem acessando o nosso site:

www.agrichem.com.br



agrichem[®]
Sempre a melhor solução.

Homenagem

Antônio Ernesto de Salvo

A AGRICULTURA brasileira perdeu, em 29 de junho último, uma de suas maiores lideranças, Dr. Antônio Ernesto de Salvo, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) nos últimos 17 anos. Um dos seus maiores méritos foi unir os diversos setores da agricultura e pecuária do país, construindo um discurso uniforme.



Mariângela Herédia

Engenheiro agrônomo, nascido em 06/07/1933, formado pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil, em 1955, no Rio de Janeiro. Fazendeiro em Curvelo, Minas Gerais, cidade onde nasceu, administrava a Fazenda Canoas, onde era criador reconhecido pela excelência do rebanho da raça Guzerá.

Seu conhecimento a respeito do assunto tornou-o membro do Colégio Brasileiro de Juízes e do Conselho Técnico do Serviço de Registro Genealógico da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), com sede em Uberaba (MG). Foi vice-presidente e presidente da Associação dos Criadores de Guzerá do Brasil e atualmente era membro da diretoria

do Conselho Deliberativo da ABCZ. Em 1987, recebeu o Mérito Pecuário, oferecido pela entidade.

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) por cinco mandatos, foi reeleito em outubro de 2005 para mais um triênio à frente da entidade que representa os produtores rurais brasileiros.

Presidia também o Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil – Rural Brasil, que reúne nove entidades do setor primário que respondem majoritariamente pela renda, produção, exportação e geração de empregos do setor rural: CNA; OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras; SRB (Sociedade Rural Brasileira); ABC (Associação Brasileira de Criadores); ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu); Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa); CNC (Conselho Nacional do Café); UBA (União Brasileira de Avicultura) e UDR (União Democrática Ruralista).

Em novembro de 1997, foi eleito presidente da Confederação Interamericana de Ganaderos y Agricultores (Ciaga), que reúne as entidades representativas de produtores rurais das três Américas.

Começou a atuar na área de representação sindical como presidente e fundador do Sindicato Rural de Curvelo. Também foi presidente e fundador da Associação Mineira de Criadores de Zebu, em sua cidade natal. Posteriormente, assumiu por dois mandatos a vice-presidência da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg), na qual atuou, ainda, como membro e presidente da Comissão Técnica de Pecuária de Corte. Em 1984, foi eleito presidente da Faemg.

Paixão pela agricultura

Antônio Ernesto de Salvo

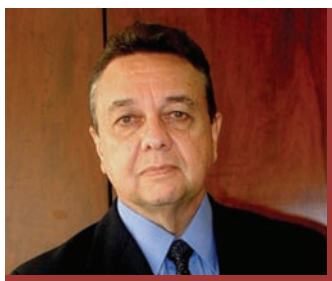
“A agricultura é um tigre, animal caçador e predador na floresta. O tigre brasileiro trabalha com duas pernas amarradas e dois dentes tapados para poder morder menos, mas mesmo assim ele é terrível na competitividade internacional. Eu espero que desamarrem esse tigre, que se tire o protetor dos dentes dele. Porque se é guerra – e é – nós vamos entrar nela como sabemos fazer”.
 “Eu nunca ouvi dizer que a seleção brasileira de futebol, pentacampeã do mundo, amanse em jogo quando quer ganhar uma Copa. A agricultura brasileira também não quer amansar em jogo, quer entrar competitivamente. Vamos tirar as amarras dela. É isso o que eu espero que o governo faça: tenha inteligência capaz de entender que, nessa floresta, o bicho mais perigoso que nós temos é o tigre da agricultura. Então, vamos ajudá-lo”.

Além de presidente CNA, também presidia o Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Paralelamente, atuava como membro titular do Conselho Político Empresarial; do Conselho Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); do Conselho do Agronegócio (Consagro) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e do Conselho Assessor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Elaborou vários trabalhos técnicos na área de zootecnia, publicados pela Escola Veterinária da Universidade de Minas Gerais. Entre eles, o livro Guzerá 50 Anos – Fazenda Canoas – Curvelo – MG. Por sua atuação na liderança do setor agropecuário, foi condecorado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, do TST, e a Comenda da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. ■

Diário de bordo

Mercado para biocombustíveis



Roberto Rodrigues*

A ONDA dos biocombustíveis vem crescendo no mundo inteiro. Todos os dias acontecem novos seminários, exposições e debates sobre o tema, em todos os continentes. Talvez, devido à quantidade dos eventos, não seja possível levar a todos eles os especialistas competentes e que de fato conhecem o setor da agroenergia, de modo que acabam sendo ouvidas pessoas nem sempre bem informadas ou, às vezes, preconceituosas em relação à temática. E a confusão cresce, em vez de se levar ao esclarecimento.

Nada é mais repetitivo que o falso dilema da disputa biocombustível x alimentos, e não há argumentação numérica, técnica ou científica que demova os neo-malthusianos crentes na fome por causa do etanol e do biodiesel. As pessoas fazem contas sobre o futuro olhando para o passado. Avaliam que vai faltar comida com base em níveis de produtividade estáticos, como se a inovação tecnológica não existisse.

Esquecem-se de exemplos recentes que mostram exatamente o contrário. Só no caso brasileiro, os dados são suficientes para desmontar o argumento: nos últimos 15 anos, a área plantada com grãos no Brasil cresceu 21% enquanto a produtividade aumentou 119%. No caso das carnes, o número é ainda mais impressionante: em 12 anos a produção de carne suína cresceu 113% e a de frango 170%!

Isso demonstra a enorme capacidade de aumentar a oferta de alimentos no futuro, inclusive com o uso de novas tecnologias, como a transgenia.

De outro lado, a produtividade do etanol por hectare também dobrará em função de avanços tecnológicos. E finalmente, haverá produção de alimentos nas áreas de renovação da cana onde antes só havia pastagens. Portanto, não há e nem haverá no longo prazo o problema da concorrência entre alimentos e biocombustíveis.

Outras questões recorrentes nos referidos eventos – como a plantação de cana na floresta amazônica (absurdo agrônomico), ou a questão ambiental da monocultura – já estão todas equacionadas.

Na verdade, o grande problema em relação aos biocombustíveis é a criação de um efetivo mercado mundial. Ainda não existe este mercado. E para que exista, para que o etanol se transforme em uma *commodity* de fato, é fundamental que mais países produzam para exportar, que haja políticas para estocagem e investimentos em logística. Não haverá uma *commodity* se só houver um país exportando-a. Ninguém trocará a dependência do petróleo pela do álcool. Também é necessário padronizar o produto.

Esse é o grande tema a ser perseguido, além da relevante questão do aquecimento global: tem muita gente investindo na produção, contando com um mercado que precisa ser estabelecido.

É por isso que o entendimento entre Brasil e Estados Unidos para construir destilarias na América Central e no Caribe é bem-vindo. Mas é pouco. Precisamos de muito mais, como acordos com países europeus para investimentos na África, e com o Japão para projetos na Ásia. E isso não é apenas um trabalho para governos. É muito mais uma ação do setor privado, que ganhará em todas as frentes: na comoditização, na exportação do etanol, na exportação de usinas completas, de tecnologia, de *know-how*, e de inteligência. É aí que não dá mais para perder tempo. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Impactos do câmbio



Cesário Ramalho da Silva*

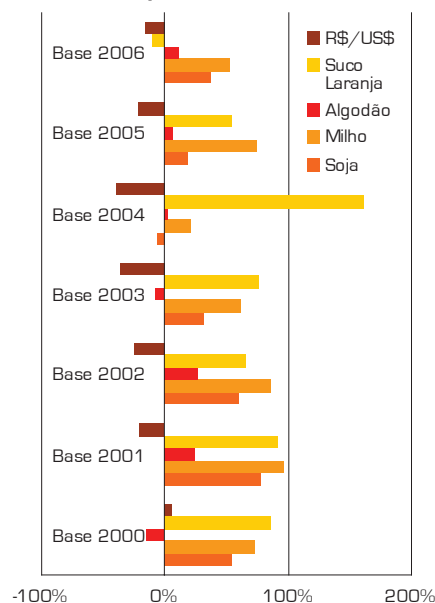
A POLÍTICA cambial vigente deteriora a competitividade da agropecuária brasileira, com impacto negativo direto na renda do produtor rural. A valorização do real é duplamente punitiva para os setores produtivos. Encarece os produtos nacionais em moedas estrangeiras e reduz a margem de rentabilidade dos agentes produtivos.

Desde o início deste ano o câmbio já sofreu valorização acumulada de 10,97%. A tendência não é a interrupção deste processo. Os saldos comerciais do país continuam elevados, e a taxa de juros interna mais elevada atrai capital internacional. A oferta de dólar é intensa e o real se valoriza.

É interessante fazer uma comparação do vai-e-vem das cotações das *commodities* agrícolas importantes no mercado internacional, junto com o sobe-e-desce cambial entre 2000 e 2006. O processo, no acumulado do período, mostra um declínio na renda dos produtores. O caso do suco de laranja, em 2004, é uma exceção, pois decorreu dos problemas climáticos nos Estados Unidos.

Soma-se a isso um cálculo que aponta elevação de 103% nos custos agregados do produtor rural diante de um aumento de receita bem menor, de apenas 72% entre 2000 e 2006. Com base nesses números o fato é que a agropecuária da *porteira para dentro* tem argumentos sólidos

Opinião

*Fair trade*Variação cambial versus
variação de preço

Fonte: Cbot/Nyse/Ipeadata

para questionar a atual política cambial. A relação de troca para o produtor rural piorou significativamente.

A política monetária do País, guiada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Bacen, tem de ser rediscutida. Há ainda a infra-estrutura logística deficitária e o seguro incipiente como outros dois vilões para a competitividade do setor agropecuário. Algo precisa ser feito antes que os produtores rurais sacrifiquem seu patrimônio.

Para contribuir para reversão desse cenário, a SRB iniciou um esforço que avança em direção a uma audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, que irá debater, em agosto, os efeitos da política cambial na agropecuária. Sintam-se convidados a participar. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



João Sampaio*

INICIADO HÁ mais de 50 anos, o movimento de *fair trade* (comércio justo), de acordo com a definição clássica dada pela Federação Internacional de Comércio Alternativo, constitui uma parceria comercial baseada em diálogo, transparência e respeito, de modo a assegurar melhores condições de comercialização e dos direitos dos trabalhadores.

No papel, parece até redundante registrar o estabelecimento das transações de compra e venda de produtos nessas bases. Mas, quando envolvemos competitividade e a procura incessante por ganhos, certas obviedades se transformam em variáveis.

Nascida entre os países desenvolvidos, a vigilância na compra de uma produção, seja de relações justas entre produtores e trabalhadores como de equilíbrio na cadeia produtiva, começa a fazer parte das restrições e demandas de muitos consumidores. Produtos socialmente justos e ambientalmente limpos se tornam condição fundamental para o consumo. O problema surge quando aquilo que parece ser uma conscientização maciça das populações, também pode ter efeito contrário e produzir injustiças para aqueles que produzem.

Na prática, a primeira dificuldade é definir exatamente o *fair trade*. Enquanto as nações desenvolvidas do continente europeu, Japão e Estados Unidos subsidiam seus produtores, elas impõem taxas de

importação para países como o Brasil ou países do sudeste asiático e africano. Não dá para concorrer em pé de igualdade se o nosso produto enfrenta um subsídio de US\$ 1 bilhão gastos por dia para os países ricos manterem a sua competitividade.

Chega a ser até paradoxal os mesmos países subsidiarem pesadamente a sua produção e serem os maiores consumidores dos produtos com selo *fair trade*.

E mais, quando levamos nossas reclamações à Organização Mundial do Comércio, como no caso do painel do algodão, ganhamos mas não levamos. Não houve suspensão dos subsídios e nem ressarcimento aos cotonicultores brasileiros.

Entretanto, criticar as relações injustas entre os países competidores e os produtores brasileiros fica até inadequado quando o *fair trade* ainda é uma palavra estrangeira aos ouvidos de certos segmentos da cadeia produtiva. A transparência comercial, a transferência de informações do mercado para os produtores, assim como a garantia do preço mínimo para o produto, não acontecem em muitos produtos.

Considere-se a eterna disputa entre os citricultores e a indústria da laranja, entre os pecuaristas e os frigoríficos. Os foros reguladores dentro das cadeias precisam

funcionar e os números devem ser transparentes. Se o comércio justo não ocorre nem dentro da nossa própria casa, como podemos imaginar que funcione no comércio internacional?

Neste momento em que o Brasil desponta como o maior fornecedor de combustíveis alternativos e renováveis do mundo, a aplicabilidade do conceito de *fair trade* surge na boca de todos quando se fala em agroenergia. Mostrar aos nossos potenciais compradores que produzimos dentro das regras e, mais que isso, seguirmos efetivamente dentro dos parâmetros de comércio justo é indispensável. ■

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

A CONSULTORIA QUE FAZ A DIFERENÇA

O DESAFIO



A SOLUÇÃO



O RESULTADO



FGV Projetos, a consultoria da Fundação Getúlio Vargas

Contamos com o conhecimento gerado pelas Escolas de Administração, de Economia e de Direito da FGV. Temos os maiores especialistas do Brasil, prontos para apoiá-lo na busca do sucesso do seu negócio.

▫ Estudos de Cadeias Produtivas
▫ Gestão de Risco

▫ Estudos de Viabilidade Econômica
▫ Implantação de Pólo Agroindustrial

▫ Elaboração de Projetos MDL
▫ Estudos de Custo de Produção

Rio de Janeiro

Praia de Botafogo, 190 6º andar 22250-900

RJ Brasil

☎ (5521) 2559-5424 📠 (5521) 2559-6061

São Paulo

Av. Paulista, 548 8º andar 01310-000

SP Brasil

☎ (5511) 3281-7784 📠 (5511) 3281-7891

💻 www.fgvprojetos.fgv.br

✉ fgvprojetos@fgv.br

Brasil: um só agronegócio.

LUC



Congresso Brasileiro de Agribusiness

As mais respeitadas
cabeças do país e
dois palestrantes
internacionais – Robert
L. Thompson, professor
da Universidade de
Illinois, e Ashok Gulati,
diretor da International
Food Policy Research
Institute (Ásia)
– reunidos para expor
e debater as tendências
e perspectivas do
agronegócio no Brasil
e no mundo.

Agroenergia • Cooperativismo
Investimento em produção e comercialização • Sustentabilidade
Um só Agronegócio: visão Brasil e visão Internacional

Agosto, 27 e 28
WTC Hotel • São Paulo

patrocínio

apoio institucional

realização



Informações e Inscrições: Abag www.abagbrasil.com.br Wenter Eventos (11) 5181 2905 cba@wenter.com.br